



10 anos de experiência em educação popular

Série Semeando socioeconomia – nº 14
Edição Especial 10 anos do Curso Mulheres e Economia

**Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho:
10 anos de experiência em educação popular**



Rio de Janeiro, Março de 2016

FICHA TÉCNICA

Pacs

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

CNPJ.: 31.888.076/0001-29

Rua Evaristo da Veiga, 47 sl 702 Centro

CEP.: 200031-040

Telefax: (21) 2210-2124

pacs@pacs.org.br

pacs.org.br

Série: Semeando Socioeconomia – Edição Especial 10 anos do Curso Mulheres e Economia

Nº 14: Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho:

10 anos de experiência em educação popular

Publicação: **Pacs**

Textos e edição: **Janaína Pinto**

Coordenação: **Joana Emmerick Seabra**

Colaboração: **Aline Lima, Emília Jomalinis, Iara Moura, Marina Praça, Sandra Quintela**

Revisão: **Iara Moura e Thiago Mendes**

Ilustrações: **Bianca Sant'ana e Gabriela Caspary**

Projeto gráfico e diagramação: **Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação**

Impressão: **Corbã Gráfica e editora**

Tiragem: **500 exemplares**

Apoio: **PPM, Appleton, Cese**

ISBN: 978-85-89366-34-2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
COTIDIANO E DIVERSIDADE FEMINISTA	9
FEMINISMO NA EDUCAÇÃO POPULAR: CRÍTICAS E ALTERNATIVAS	25
AUTO-ORGANIZAÇÃO FEMINISTA: PRÁTICAS E DESAFIOS	40
COMO FAZER ANÁLISE DE CONJUNTURA A PARTIR DO NOSSO LUGAR DE FALA	48
FEMINISTAS: "É PRECISO RADICALIZAR A DEMOCRACIA"	53
CURSO MULHERES E ECONOMIA -	66
UMA DÉCADA NA COSTURA DE HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES	
FACILITAÇÃO GRÁFICA	69

APRESENTAÇÃO

Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho. Foi com esse mote que iniciamos uma incrível caminhada de formação política em economia feminista. Há 10 anos, o curso Mulheres e Economia promove um espaço de auto-organização de mulheres, principalmente da Zona Oeste, mas também de outras regiões do estado do Rio de Janeiro. A prática em economia feminista mostra que “entender para transformar” é uma realização coletiva e que a propagação do pensamento crítico é uma prática transformadora de vidas e multiplicadora de lutas. Temos a alegria de comprovar a verdade desse pensamento 10 anos de estrada depois.

Portanto, é momento não só de fazermos uma reflexão sobre o ciclo da primeira década do cur-

so, mas também de celebrar a existência e os frutos da experiência duradoura de feminismo popular que ele é. Hoje afirmamos com ainda mais convicção a potencialidade da educação popular para a desnaturalização das opressões, materializadas de distintas e variadas formas nas vidas e nos corpos das mulheres.

Esta publicação reflete a construção de um artesanato a muitas mãos. A matéria-prima principal são contribuições orais de educadoras populares e feministas independentes que aconteceram em duas edições do seminário Olhares Feministas sobre a Economia Política e o Mundo do Trabalho: a de 2014 e a de 2015. Além de compartilhar algumas das reflexões que tecemos juntas ao longo dos anos, também traz a construção coletiva de um vídeo-registro,

feito em parceria com o Memória Latina, sobre a primeira década do Mulheres e Economia.

Cada uma das três primeiras seções da cartilha corresponde a uma mesa do seminário de 2014. É, portanto, construída através das falas das mulheres. A primeira, chamada “Cotidiano e diversidade feminista”, é o resultado das contribuições de Graciete Santos, da Casa da Mulher do Nordeste, Eleutéria Amora, da Casa da Mulher Trabalhadora, e Luciene Lacerda, do Instituto Búzios. Graciete esteve ao nosso lado 10 anos atrás, na Rede de Economia e Feminismo, REF, assim como a Eleutéria, que iniciou a construção do curso em parceria conosco; enquanto a Luciene representa uma referência de militância e traz perspectivas para o avanço de nossa reflexão sobre a da saúde das mulheres e o feminismo negro.

“Feminismo e educação popular: críticas e al-



ternativas” é o nome da segunda seção. As contribuições são de Leila Salles e Marina Ribeiro, que passaram a caminhar ao nosso lado como educandas do curso e transitaram como coordenadora - Leila, entre 2007 e 2010 - e educadora - Marina, desde 2008 até o momento atual; e de Josinete Pinto, educadora popular no movimento de Economia Solidária que contribuiu em diversas edições do curso como educadora até participar como educanda em 2009.

O nome da terceira seção é “Auto-organização feminista: práticas e desafios”. Nela, as falas são de Graciete Santos, da Casa da Mulher do Nordeste, e de Sandra Quintela, coordenadora-geral do PACS. Sandra traz uma discussão sobre os impactos do modelo de desenvolvimento capitalista nas vidas das mulheres, um debate feito de maneira constante pelo PACS.

A quarta parte desta cartilha tem como refe-

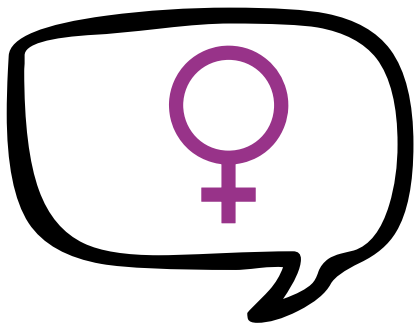
rência uma mesa do seminário de 2015 e se chama “Como fazer análise de conjuntura a partir do nosso lugar de fala”. Construída com base na fala de Sandra Quintela, foca na análise de conjuntura na perspectiva a luta de classes e procura trazer um passo de passo de como fazê-la.

Já a quinta seção é fruto de uma entrevista com a intelectual-militante Mirla Cisne, da Frente de Luta das Mulheres Potiguar, na ocasião da sua contribuição ao seminário de 2015. Este capítulo se chama “Feministas: ‘É preciso radicalizar a democracia’” e traz uma perspectiva materialista marxista.

Finalmente, a sexta seção fala um pouco sobre o processo de criação do vídeo *Mulheres e Economia 10 anos: uma experiência de educação popular feminista*, vídeo-registro construído coletivamente pelo PACS e Memória Latina, com

participação de educandas e educadoras de diferentes edições do curso.

Nesta cartilha, buscamos adaptar as falas das educadoras ao discurso escrito, mantendo o tom de conversa e debate que prevaleceu nos encontros. Aqui e ali, adicionamos informações relevantes sobre ou exemplos de olhares e práticas abordados por cada uma delas. O trabalho de organizar essas caixas e muitos outros esforços não tão visíveis - mas igualmente es-



senciais para a criação deste material - foram realizados pelas mulheres da nossa equipe e colaboradoras. Na atual coordenação do trabalho, Joana Emmerick, na organização dos seminários, oficinas e muitas outras empreitadas: Emília Jomalini, Marina Praça, Aline Lima, Iara Moura, Leilane Brito, com contribuições de Leila Salles e Marcela Farfán.

Além delas, Bia Costa atuou com a facilitação gráfica do seminário de 2015 e por isso são delas as ilustrações desta publicação. Já Janaína Pinto tratou a transcrição das falas de educadoras e educandas de ambos os seminários e se encarregou do texto final, dando movimento aos debates em cada seção, traduzindo assim tantas de nossas aspirações.

Ao longo dos anos, mantivemos a procura pelos diferentes olhares e práticas feministas, comprometidas com a construção de outra

sociedade; podemos dizer que há fortalezas e limitações. Tendo como referência a proposta da Economia Feminista, ainda temos muito a aprender sobre visibilidade das experiências de vida das mulheres trans, submetidas a tantas formas de violência, e das mulheres lésbicas, por exemplo. Ademais, seguimos avançando com as reflexões práticas sobre as expressões da divisão sexual e racial do trabalho e a necessidade de sua superação. Elas nos ensinam sobre os impactos diferenciados do modelo de desenvolvimento capitalista, patriarcal e racista na vida das mulheres, especialmente nas periferias.

Convidamos você a conhecer um pouco mais sobre a história dessa ação insistente que nos faz afirmar, com força renovada: a economia é política e deve estar nas mãos das mulheres! Venha participar dessa política cotidiana de luta por alternativas, por um mundo que assu-

ma a centralidade dos cuidados para a produção de vida - e não do lucro! -, e por uma sociedade que construa a história dos povos tendo como referência o chão onde pisa e de onde vem o alimento. Pela construção de territórios livres e de autonomia das mulheres!

Boa leitura!



COTIDIANO E DIVERSIDADE FEMINISTA

Graciete santos, Casa da Mulher do Nordeste
Contribuições da economia feminista e projetos transformadores

O princípio de que existe uma superioridade de homens sobre mulheres estrutura valores da nossa sociedade e faz com que haja uma relação de opressão e de exploração sobre mulheres. Mas existe outro princípio semelhante, baseado na ideia de que existem 'raças humanas' e de que existe uma superioridade da 'raça' branca sobre a negra.

Isso é muito forte na realidade brasileira, por causa da escravidão sofrida pelo povo negro em nosso país por tantos anos. Outro princípio é o da classe. De acordo com a hierarquia de classe, os donos e donas dos meios de produção têm o direito de explorar a mão de obra de pessoas trabalhadoras. Portanto, a partir dessa lógica, quem possui os meios de produção goza privilégios econômicos, sociais e culturais. A desconstrução do patriarcado é o principal foco do feminismo, mas a gente também precisa pensar de que forma o patriarcado alimenta o capitalismo e de que forma o capitalismo alimenta o patriarcado - e ainda, como o racismo está presente nisso tudo.

Para mim, essas são questões importantes de entender. A engrenagem desses três sistemas resulta em desvantagens, preconceitos e desigualdades no acesso aos direitos e na construção da cidadania de nós, mulheres.

No campo da discussão da Economia Política, o feminismo combate a engrenagem desses três sistemas a partir da Economia Feminista. Ela traz valores para além da lógica matemática e quantitativa que costuma prevalecer nos debates econômicos. Por isso dá novo significado ao trabalho. Diz que o trabalho social e o trabalho reprodutivo são elementos da economia, uma vez que questiona a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Questiona também a divisão social do trabalho, que a gente define em classe - quem tem a propriedade dos meios de produção e quem vende força de trabalho para aqueles que detêm os meios de produção.

A economia feminista debate que, para além dessa divisão clássica social do trabalho, existe a divisão sexual do trabalho. Uma lógica que separa “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” e que, além disso, estabelece

Patriarcado-Racismo-Capitalismo

Historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Ele marca a dominação-exploração do homem sobre a mulher. Depois dele, apareceu o racismo, quando certos povos se lançaram na conquista de outros, menos preparados para esta guerra. Em muitas destas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos.

Com frequência, mulheres de povos conquistados eram transformadas em “parceiras” sexuais de guerreiros do lado adversário ou por eles violentadas. Ainda na época atual isso ocorre. Quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados se servem sexualmente de mulheres do povo que combatem.

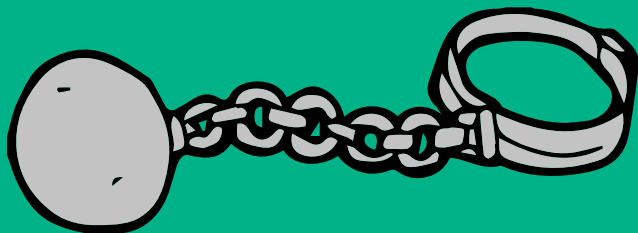
Esse fenômeno aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. E também durante a Guerra do Vietnã. No Haiti, atualmente ocupado por tropas da Minustah, lideradas pelo Brasil, as denúncias de violência sexual também são recorrentes.

Assim, não foi o capitalismo, um sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. Patriarcado e racismo já existiam na Grécia e na Roma antigas, por exemplo. Nessas sociedades, esses dois sistemas de dominação-exploração se fundiam com o sistema escravocrata.

Com o surgimento do capitalismo, aconteceu o fortalecimento do patriarcado e do racismo. Eles foram incorporados à nova realidade. Formou-se, então, um nó entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo – um depende do outro e a manifestação de um, geralmente acontece atrelada à manifestação dos outros dois.

É só para tentar tornar mais fácil a compreensão desse fenômeno que os três sistemas são separados. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram em um único sistema de dominação-exploração, um nó, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

Livre adaptação de: SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.



uma relação hierárquica: o trabalho de homem vale mais que o de mulher. A análise da divisão sexual do trabalho nos ajuda a compreender uma série de questões que a gente vive no dia a dia.

Por que nós trabalhamos tanto e nosso trabalho não é valorizado? Por que o nosso trabalho é invisível? Ele não entra nas contas da economia! Não é à toa que estamos em maioria nas ocupações entendidas como tradicionalmente femininas: as atividades de cuidado. Na Pedagogia, são mais mulheres, por exemplo.

Essa é uma questão central para nós neste momento. Em que queremos compreender e avaliar o que a economia feminista significa nas nossas vidas, o que ela traz de prático, para que a gente possa avançar.

Outra questão central, que está muito relacio-

nada à economia feminista é o questionamento da ideia de sujeito universal - esse sujeito único: homem branco rico - como sujeito de acesso a direitos. Existe toda uma luta do feminismo para que nós, mulheres, sejamos reconhecidas como sujeitas de direito, que podem decidir sobre as próprias vidas.

O projeto transformador e a diversidade feminista

Eu compreendo o feminismo como a nossa grande estratégia de transformação. Ele traz hoje uma contribuição enorme para a humanidade. Hoje a juventude tem uma liberdade maior, uma capacidade maior de escolha que gerações anteriores de mulheres não tiveram. E isso é fruto de luta.

Além disso, o feminismo hoje avança ainda mais, em direção a compreender a diversidade

das mulheres. Nisso, o movimento das mulheres negras contribui bastante. Nós ampliamos nosso olhar e vimos que eu não posso falar de apenas uma categoria de mulher. Por isso hoje o feminismo avança no sentido de ser multifacetado. Ele é múltiplo, diverso.

Os feminismos têm inclusive deixado legados fora das discussões feministas. Na minha atuação, eu vejo os feminismos na economia solidária, na agroecologia. E isso é muito importante no momento de disputa que vivemos. Existe uma afirmação muito forte do fundamentalismo religioso. Isso nos é muito caro, porque esse pensamento quer centralizar a identidade da mulher na figura de mãe.

A grande questão que eu vejo hoje no feminismo é que ele precisa não só garantir direitos. A garantia de direitos não é a questão principal. A questão principal é como a gente

transforma os valores, como a gente supera a cultura de opressão e exploração que nós vivemos nas diversas dimensões da nossa vida.

A gente vive hoje uma grande ameaça, que é aquela que diz: “ah, essa história de feminismo perdeu o sentido! Não existe mais patriarcado!” Avancamos no acesso ao mundo do trabalho, as mulheres ocupam mais espaços hoje do que no passado, temos uma Presidenta da República! Então existe o discurso de afirmar que as coisas já estão resolvidas. Não estão. Primeiro, porque nosso espaço nos cargos de chefia é bem menor que o dos homens.

Depois, porque o feminismo precisa dialogar com todas. Ele é um movimento pessoal, mas também coletivo. Não posso, a partir da minha história, achar que vencemos essa luta. A partir desse lugar de mulher branca, de classe

média, burguesa - porque essa é minha história, esse é o lugar de onde eu falo. O desafio maior do feminismo é que ele continue sendo uma luta transformadora, libertadora.

O feminismo nos dá a capacidade de escolher sobre nossas vidas. Querer ou não querer ter filhos. Querer ou não querer ter uma relação com um homem ou com uma mulher. Querer ou não querer fazer um trabalho assim ou assado. Escolher o nosso projeto de vida. A gente faz isso no momento em que toma consciência.

Mas, para isso acontecer para cada vez mais mulheres, o feminismo precisa dar conta da nossa diversidade. Por algum tempo, ele foi europeu, movimento de mulher branca, intelectualizada. E agora não é mais. Aliás, a educação feminista é libertadora e não é responsabilidade exclusiva nossa. O feminismo é cotidiano, e precisa ser assumido pelos homens também,

porque ele é uma proposta para a humanidade.

Luciene Lacerda, Instituto Búzios **Mulheres negras: cotidianos**

Nós precisamos de homens e mulheres para acabar com o machismo. Precisamos de pretos, brancos e indígenas para acabar com o racismo. Precisamos fazer essa mudança cotidianamente. Na minha trajetória, a minha tristeza é ainda precisar falar disso para continuar a mudar, a minha alegria é que tem gente que quer ouvir.

Que trabalho queremos?

O que junta as mulheres negras não é só a divisão sexual. Muitas vezes, a divisão racial do trabalho também é determinante. O cuidado é socialmente visto como tarefa das mulheres. Mas, no contexto em que vivemos, é muito

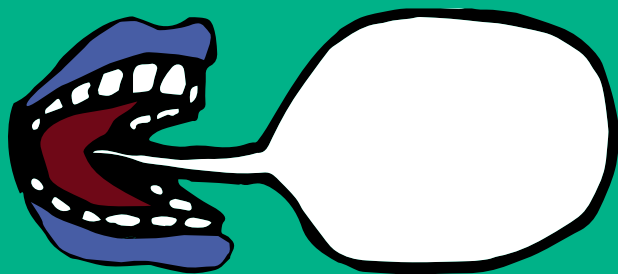
Gritaram-me Negra

Luciene deu início à fala com a leitura de um poema de Victória Santa Cruz - compositora, coreógrafa, estilista, expoente da arte peruana e mulher negra. O vídeo da própria Victória declamando o texto está disponível na internet. Você pode acessar através deste link <http://twixar.me/pWB>.

Aqui um pequeno trecho do começo da poesia:

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Como sete anos?!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritaram negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
"Sou por acaso negra?" - me disse
SIM!
"O que é isso, ser negra?"
Negra!
Eu não conhecia a verdade triste que isso ocultava.

Tradução de Ricardo Domeneck.



Então eu vim aqui falar de cotidianos. É bom ver aqui várias gerações, de várias raízes. É bom porque eu vim aqui para dizer que a condição que pesa sobre uma mulher negra no cotidiano não é apenas a divisão sexual do trabalho. A divisão racial também existe e também pesa.

mais uma tarefa das mulheres negras. É uma divisão de trabalho muito fortemente marcada pela raça e pelo gênero. Podemos dizer uma divisão do trabalho de gênero e de raça.

Começa cedo, na escola. Somos muito poucas nas pós-graduações e faculdades. Conforme o nível de escolaridade sobe, a porcentagem de mulheres negras diminui. Hoje existe cota, e o número de mulheres negras aumenta, mas ainda somos poucas.

Além do mais, o aumento desse número ainda não se reflete em postos mais altos de trabalho. Somos pouquíssimas mulheres negras na política, por exemplo - seja porque não nos dão espaço, seja porque achamos que o outro vai falar por nós.

Na verdade, no início do século XX, a grande motivação do movimento feminista era a entrada

“das mulheres” no mercado de trabalho. Nós já estávamos no mercado de trabalho! E estamos até hoje: na base. Pouquíssimos dos altos postos de trabalho são ocupados por mulheres negras.

Quando é que existe racismo no mundo do trabalho? Quando você é desqualificada para exercer uma função por causa da cor da sua pele. Quando escolhem uma pessoa branca para lidar com o público em vez de uma pessoa negra, por exemplo, só por causa da cor de pele das duas. Muitas vezes, isso é tratado no dia a dia como um problema individual. Não é. É um problema institucional. Nós o chamamos de **racismo institucional**, quando, na empresa, isso vira uma regra, uma norma.

Que educação queremos?

A população negra sempre viu a educação como um lugar de alçar determinados espaços - no

trabalho, na vida. A população negra sempre viu a educação como uma esperança. E as famílias negras sempre dizem: “você tem que estudar, senão você não consegue...”. Mesmo estudando, nós, mulheres negras, estamos em muitos dos lugares do cuidado, mas nunca no de sermos cuidadas. Isso é muito importante se vamos falar do cotidiano. Mas de volta à escola:

É preciso estudar? Então está bem. Foram principalmente as mulheres negras que se levantaram para questionar a educação que recebemos. Porque quando a educação das escolas não fala do povo negro quando fala dos povos antigos, ela é racista. Tem gente que ensina sobre o Egito Antigo e nem apresenta o Egito como sendo na África!

Veio da África o conhecimento sobre o manuseio do ferro. Os negros estavam na mineração do Brasil e já conheciam esse trabalho no conti-

nente africano. Quem trabalhava as armas usadas pelos Europeus eram negros. Tem que ter história negra, história da África nas escolas.

Quando você deixa de aprender a história da população negra na escola, a história de 53% da população brasileira, isso também é **racismo institucional**. Essa é uma luta das mulheres negras: resgatar a nossa “africanidade”, os conhecimentos do povo negro. Não dá para saber apenas de cultura europeia. Temos muitas histórias a resgatar, muitas.

Enquanto isso, perto da minha casa, um colégio municipal impediu uma criança de 12 anos de entrar na escola porque ela estava usando guias. Ninguém impede uma criança usando um crucifixo de entrar na escola. Se a escola é contra um símbolo religioso, tiremos todos! E realmente façamos uma escola laica.

O racismo institucional é naturalizado dentro da escola ou dentro de qualquer instituição que tenha um crucifixo, por exemplo. Quando uma criança é impedida de entrar na escola com suas guias, isso é racismo institucional.

Que militância queremos?

As mulheres estiveram nos alicerces da Frente Negra Brasileira, FNB. As Rosas Negras, por exemplo, formavam um grupo de mulheres que organizava o baile das rosas negras, pois usavam rosas negras na lapela. Com os bailes, elas agregavam mais gente em torno da luta. Antes da festa propriamente, eram promovidas por elas discussões sobre racismo, peças de teatro, declamação de poesia. O dinheiro arrecadado ajudava a manter a Frente Negra Nacional.

Apesar de serem a base, a estrutura da FNB,

nunca nenhuma delas fez parte da coordenação da Frente. Em toda a história da Frente, a coordenação só teve homens. Até a memória delas é pouco preservada. Nas minhas pesquisas, eu só achei um artigo.

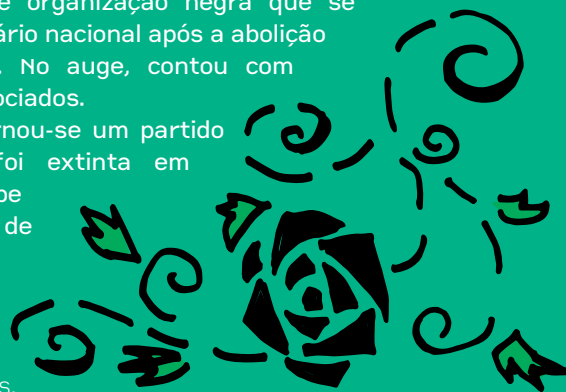
Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira, FNB, foi um movimento criado em São Paulo no ano de 1931.

Ela é comumente vista como a maior e mais importante organização negra que se projetou no cenário nacional após a abolição da escravidão. No auge, contou com milhares de associados.

Em 1936, tornou-se um partido político, mas foi extinta em 1937, pelo golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Fonte: Fundação Cultural Palmares.



Que saúde pública queremos?

Quando os profissionais de saúde gastam menos tempo com os negros, usam menos anestésicos no parto de mulheres negras, isso é racismo institucional. São muitas violências. Somos as mulheres que mais sofrem com a criminalização do aborto. O aborto é uma questão de saúde pública! Mulheres negras estão morrendo porque não têm o direito de ir à uma clínica pública interromper uma gravidez indesejada. Não é suficiente descriminalizar. É preciso que exista uma estrutura pública de saúde para atender a mulheres que deseja abortar, mas não podem pagar por isso. Esse deve ser um dever do Estado.

O **racismo ambiental** também impacta a saúde das mulheres negras. Por exemplo, a transposição do rio São Francisco transpõe a água de

terras quilombolas e indígenas para beneficiar as plantações do agronegócio. E é dito que isso é feito para melhorar a agricultura. De quem? Isso é racismo ambiental. Em que lugares da cidade não tem saneamento básico? Onde o lixo não é coletado direito? Qual a cor da maioria da população desses lugares? Isso é racismo ambiental.

Racismo ambiental perto de casa

Na cidade do Rio de Janeiro, são vários os exemplos de racismo ambiental. Um deles é a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. Localizada em Santa Cruz, um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano da capital carioca, onde a cor da pele das pessoas é mais escura e de onde as notícias nos jornais são mais raras.



Eleutéria Amora, Casa da Mulher Trabalhadora

Como praticamos o feminismo no nosso cotidiano?

Quero começar com uma pergunta que me persegue: como o feminismo impacta o nosso cotidiano? Como o meu compromisso de vida com o feminismo pode contribuir para a mudança da realidade que eu vivo? Se eu moro na favela e vive tendo bala perdida todos os dias, como o feminismo pode contribuir? Se as políticas públicas estão ruins, como o feminismo pode contribuir?

O feminismo é um instrumento de revolta das mulheres, para transformar a sua realidade. Ele é uma missão, um compromisso de vida. Para mim, se o feminismo não conseguir transformar a vida de cada uma - de quem está enfrentando a polícia, de quem está passando fome - então ele não vai servir para mais nada.

Nós somos um movimento diverso. Ele [o feminismo] historicamente se iniciou no meio da classe média/alta, com a luta pelo direito ao voto, por exemplo. Mas a manifestação das mulheres pobres cresceu de lá pra cá.

Cada uma de nós vem de um lugar diferente, e o país está vivendo um momento de desencanto profundo com a política de representação. Isso aumenta o nosso desejo pela democracia participativa. É nela em que nos encontramos e é nela em que o feminismo pode atuar.

Encontros como esses são ótimos, porque saímos daqui mais fortes. Pra quê? Para enfrentar o mundo e colocar em prática as ideias que discutimos. Estes encontros precisam servir para nos dar energia, porque, como eu reafirmo, se o feminismo não nos ajudar a modificar nossa realidade, ele não serve de muita coisa.



O que é democracia participativa?

Democracia participativa ou democracia deliberativa é a possibilidade de intervenção direta das pessoas nas tomadas de decisão e de controle do exercício do Poder. Isso significa direito permanente de acesso aos representantes políticos e não apenas durante as eleições, como na democracia representativa.

Eu falo isso, mas, por exemplo: sou mãe e sei que o nosso valor não é só o de ser mãe. Eu sei que nós sozinhas não somos as responsáveis pelo processo de educação das(os) nossas(os) filhas(os). O machismo é tão arraigado, que fica para nós o processo de educação da nossa sociedade. Se não alertarmos para isso, vamos continuar com toda essa responsabilidade.

Nós produzimos dentro de casa e essa produção não conta para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, é um trabalho silencioso. Eu me emociono quando falo isso porque mesmo feminista eu não consigo me livrar de passar roupa. Eu não consigo!

Antes de sair de casa, deixei tudo limpo, está entranhado em mim. Sei que não é minha responsabilidade dar conta disso sozinha, mas ainda não consegui me libertar dessa parte. É isso também que quero dizer quando falo que o feminismo precisa entrar cada vez mais nas nossas vidas. É preciso que ele nos transforme.

Diferentes, mas juntas!

Um dos problemas que enfrentamos coletivamente para modificar a realidade é a nossa divisão profunda. Estamos todas divididas e assim não chegamos a lugar nenhum. Consi-

dero isso um desafio imenso que precisa ser trabalhado.

Não existe um movimento feminista com a verdade, a razão. Alguns são entrelaçados com partidos, outros com políticas específicas, correntes, outros são mais autônomos. Independente disso, um princípio básico é a autonomia do corpo da mulher: “o corpo é meu e eu decido o que eu faço dele”; “se o corpo é da mulher, ela dá pra quem quiser”. O estado brasileiro hoje não nos permite fazer com nosso corpo o que nós quisermos. Ele ainda por cima é dominado pela propaganda, pelo capital, pelos homens.

E o corpo das mulheres negras sofre mais, é preciso admitir isso, o corpo das mais pobres sofre mais. E o corpo das mais pobres e negras também. Eu não entendia o que era racismo institucional até eu estar perto da Central (Central do Brasil, principal estação de trens e metrô do Rio

de Janeiro), no 7 de setembro, e ver a polícia parar um ônibus que estava vindo do Jacaré para impedir pessoas de chegar à Zona Sul.

Quem mora no Jacaré? O ônibus estava cheio de pessoas negras e pobres. Naquele dia, sete jovens e duas jovens foram levados para a delegacia. Nós fomos com essas pessoas para a delegacia, mas os policiais não deixaram a gente entrar. Nós perguntamos: o que eles fizeram? A polícia respondeu: eles poderiam ir roubar na praia. Eu quis falar isso pra gente pensar em como o feminismo entra nessa realidade que vivemos no Rio de Janeiro.

Outro exemplo do que podemos fazer unidas é a luta por políticas públicas específicas. Precisamos nos inteirar do orçamento da cidade onde vivemos. Existe já o orçamento participativo, nós precisamos estar lá, opinando. Essa é uma das provocações feita pelo próprio curso Mulheres e Economia.

Outra luta importante é a luta pelo direito ao aborto. Eu respeito profundamente quem não quer fazer um aborto, mas, pôxa, deixa a mulher abortar se ela precisa! Eu penso na Jandira, lá de Campo Grande, que saiu de casa para fazer um aborto e desapareceu. A gravidez pode ser inoportuna em vários momentos da vida, mas então a mulher precisa abortar e vira uma criminosa? E cadê o homem que não é responsabilizado por nada?

Orçamento participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa. Ele permite que pessoas e movimentos sociais influenciem os orçamentos públicos: para onde vai a verba, quanto de dinheiro investir em educação, saúde, saneamento, quais as regiões apresentam mais necessidades. No Brasil, o mecanismo começou a ser usado na década de 1970, especialmente no Sudeste e Sul do país.

O caso de Jandira

No dia 26 de agosto de 2014, Jandira Magdalena dos Santos Cruz, 27 anos, saiu de casa, em Campo Grande, para realizar um aborto. Nunca mais voltou. Foi morta na clínica clandestina onde pagou R\$ 4.500 pela retirada do feto.

A 4ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou que as oito pessoas identificadas pelo poder judiciário como responsáveis pela morte da jovem fossem levadas a júri popular.

Mais um assunto no qual eu quero tocar são os homens. Os homens não são nossos inimigos, nem nós somos responsáveis por educar os homens. Eu parto do princípio de que quando nós mudamos de lugar, quem está a nossa volta também vai precisar mudar de lugar. Eu não me sinto responsável por educar os homens. Como feminista, não me sinto.

Agora, nós não vamos nos auto-organizar? Os homens são organizados de todo jeito. Não sei como os ricos fazem, mas os homens que eu conheço vão jogar futebol e beber a cervejinha deles e ali eles falam entre si. Eles poderiam aproveitar esses momentos para perceber no que eles precisam mudar!

Eles têm esse tempo para eles porque a gente fica em casa trabalhando. Senão, eles não teriam como ir para o futebol, ou teriam menos tempo para fazer isso. Todas nós vivemos atrás de tempo para caminhar, tempo para não sei o quê, quase nunca sobra tempo.

Sou solidária com os homens que querem entender melhor a questão de gênero, porque ter um privilégio é tão natural que a pessoa não percebe que tem. Mas, na medida em que as mulheres avançam na consciência feminista, a folga do machismo diminui. E eles se sentem

incomodados. Então, eu não me sinto responsável por educar machista. Eles que mudem de lugar!

Eleutéria Amora, Casa da Mulher Trabalhadora **Diversidade e solidariedade**

Cora Coralina é uma poetisa lá de Goiânia. Ela se descobriu poetisa já com 60 anos. Como vou fazer 60, gostei da ideia de trazer um poema dela que também fala de um desejo meu. Estou muito nesse espírito da solidariedade e da procura por uma unidade. Não no sentido de sermos iguais, porque não somos, e o que nos fortalece é isso. Mas reconhecemos as especificidades de cada uma. Então, em uma poesia, ela diz:



“Creio na solidariedade humana, na superação dos erros e angústias do presente. Aprendi que mais vale lutar do que recolher tudo fácil. Antes acreditar do que duvidar.”



FEMINISMO NA EDUCAÇÃO POPULAR: CRÍTICAS E ALTERNATIVAS



NOS TORNAMOS MULHERES PRETAS...

ENTRE A DIREITA E
A ESQUERDA EU CONTINUO
SENDO UMA MULHER PRETA

RACISMO ESTRUTURAL

Marina Ribeiro, IFHEP

O papel da educadora popular na desnaturalização das opressões

Como é importante ter mulheres de referência para a nossa vida. Aprendemos a ser mulher a partir de uma alienação de nós mesmas. A gente aprende a não se ver como mulher, com todos os atributos que uma mulher tem. Como mulher negra, muito menos.

Nunca mais esqueci uma experiência que vivi na escola primária, uma violência que sofri com os colegas de classe, porque era mulher negra. Eu era muito menina, muito menina mesmo, e um colega falou: “Você acha que alguém vai gostar de você? Claro que não! As pessoas só vão gostar da sua ‘buceta’! Você é preta!”. Ele falou desse jeito.

Essa foi minha primeira experiência de ser

uma mulher preta. Caramba, nunca mais esqueci. Isso me perseguiu e me persegue até hoje. Mas o mais triste dessa história não é ter passado por isso, é saber que crianças negras ainda passam por isso.

Tem mais. Outro dia, lá em casa, vimos o programa da Ana Maria Braga. Eles fizeram uma matéria sobre um quilombo, não lembro qual. A mulher não sabia nem falar a palavra quilombo direito! Eu fiquei completamente assustada com aquilo.

O pessoal da matéria foi até a casa de uma mulher chamada Rainha, dentro do quilombo. Muito distante, sem luz elétrica, sem saneamento. A casa dela é muito bela, muito bonita, cheia de flores. Mas, quando voltou para a fala da Ana Maria Braga, ela disse: “Não é incrível esse quilombo? As pessoas vivem do mesmo jeito desde 1800!”.

Cente, não é possível achar isso bom. Tem uma parte da população que não teve acesso a nenhum tipo de melhoria em direitos básicos! Não dá para achar isso legal, dizer que é parte da história! A história de quem, cara pálida? Há séculos essas pessoas vivem da mesma forma. Andam não sei quantos quilômetros por dia pra pegar água. O racismo naturaliza isso cotidianamente em maior ou menor escala, na vivência de cada mulher negra.

É possível olhar o lugar de educadora a partir daí. Como você enfrenta essas situações? Como você vai desnaturalizar o comportamento racista e machista? Isso para mim é fundamental no papel da educadora popular.



Você conhece as comunidades quilombolas da sua cidade?

No Brasil, são mais de 2.600 comunidades espalhadas pelo território. Os seus habitantes são descendentes de africanos e africanas escravizadxs que, ao longo dos séculos, mantiveram tradições culturais, religiosas e de subsistência.

No estado do Rio de Janeiro, são 32 delas. Dessas, duas ficam dentro da capital, no Maciço da Pedra Branca: o Quilombo Cafundá Astrogilda e o Quilombo do Camorim. Mesmo reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos pelo Governo Federal através da Fundação Cultural Palmares, elas diariamente enfrentam a precarização das condições de vida dentro dos próprios territórios.

Fonte: Fundação Cultural Palmares.

O debate sobre privilégios com companheiras e companheiros de luta

No Instituto de Formação Humana e Educação Popular, o IFHEP, a gente tem construído processos de reflexão a partir da questão feminista e da racial. A gente entende o Instituto como um espaço de transformação e de resistência. Então, o embate feminista também é colocado internamente, com os companheiros educadores.

Eles perguntam: “Para quê debate feminista só com mulheres? Por que eu não posso participar?”. Então, há um debate com os companheiros, porque eles estão no lugar de privilégio e muitas vezes não conseguem fazer uma crítica ao lugar de privilégio que ocupam.

Nossa sociedade é pautada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo. Assim, algumas pessoas vivem privilégios, enquanto outras vi-

vem a falta de direitos. **Uma pessoa branca, nesta sociedade, vive um privilégio. É importante reconhecer isso. É um passo essencial para caminhar juntas.**

Tudo passa muito pela transformação pessoal. Só pude começar a ter a reflexão racial quando estive com as companheiras negras. Então eu comecei a perceber, na fala delas, questões que tinham muito a ver com a minha vivência, minha experiência de ser mulher negra. Assim, a pessoa se transforma, a mulher se transforma em mulher, a negra se transforma em negra. Mas essa transformação só acontece quando a gente consegue transformar o nosso dia a dia.

O processo de tornar visível o invisível

Tem uma companheira que fala que esse processo de se transformar em uma mulher negra

é de muita dor. Quando eu me reconheci negra, apesar de toda a vivência que eu já tinha, eu disse: “Gente, quanta coisa eu não tinha percebido!”. A invisibilidade de ser negra passa pela sua própria experiência pessoal.

Quando você começa a reconhecer isso, você começa a se transformar. Porque, a todo momento, você é reprimida para não ser “a encrenqueira”, não ser “a barraqueira”. Meu pai falava muito: “Você precisa se comportar, minha filha! Você já é preta, né!”. Ele falava isso por mal? Não. Ele queria me proteger, porque ele achava que eu deveria não aparecer muito, senão iria sofrer as consequências.

E aí, esse “você já é preta!” me acompanhou. Como você transforma isso em algo que é libertador como educadora? Ver-me como educadora é saber que preciso ficar atenta a todas as formas de opressão que estão colocadas no

nosso dia a dia. A gente sempre fala: “somos todos iguais!”. Somos. Mas a nossa vivência é marcada por como a outra e o outro nos veem.

Leila Sales, Fórum de Atingidos e Atingidas pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cermanias da Baía de Guanabara

A educação popular alimenta pessoas e espaços de luta

Esse é um grande encontro para mim. Aqui me sinto eu mesma. Já que estamos falando de educação popular, também quero falar da escola formal. Que escola formal é essa que recebe negras e negros, brancas e brancos, pobres e ricos, mas trata de maneira tão desigual?

Sou nativa da Baixada Fluminense, município de Duque de Caxias. A Baixada já é considerada periferia, mas meu bairro era ainda mais periferia. Lá tinha um coronel, “o homem da capa

preta”, Tenório Cavalcante. Estudei na única escola da região, meu pai ficou duas madrugadas na fila para conseguir a minha vaga. Isso tudo e a escola era paga.

Sou filha de pai branco. Minha mãe é filha de negro com indígena. Meus pais tiveram quatro filhas, com traços bastante diferentes. Os extremos eram minha irmã, loira de olhos verdes, e eu. Com o passar do tempo, o sol forte no caminho para a escola foi me fazendo mais negra na pele.

Quando terminei o colégio, resolvi entrar na faculdade. Mas só podia ser paga. Precisei reorganizar a vida. Saí da Baixada, comecei a trabalhar em Campo Grande, conheci mulheres como a Marina Ribeiro, do IFHEP. A vida seguiu.

O curso Mulheres e Economia foi um divisor de águas. A partir dele e da graduação em Ciên-

cia Sociais, foi ficando cada vez mais evidente para mim a minha identidade. Apesar de viver em uma família considerada branca, percebi que tenho uma identidade própria. Foi quando comecei a militar no movimento de mulheres, e isso passou a ser muito presente. Nesse processo, inclusive me divorciei, porque ele não queria nem que eu estudasse. Mas foi isso, **com a educação popular eu reaprendi o meu lugar nesta sociedade.**

Mulheres contra o racismo ambiental na Baixada Fluminense

Voltei a Caxias, onde nasci e cresci, para militar no Fórum de Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara. O principal posicionamento do Fórum é de enfrentamento ao modelo socioeconômico desse tal de desenvolvimento. Para quê? Para quem? Então, discutimos os con-

flitos socioambientais levados à Baixada pela indústria de petróleo a partir dos anos 1960. Conflitos esses que impactam saúde, educação, transporte público, segurança, etc.

Com o tempo, o Fórum se aproximou de espaços educacionais em Duque de Caxias, e conseguimos levar o debate para as salas de aula. **Nessa hora, a visão do curso Mulheres e Economia foi fundamental, para repassar também ideias sobre a economia feminista e o movimento feminista no Rio de Janeiro. Nesse sentido, eu vejo que é importante não a gente unificar as lutas, mas procurar se movimentar próximas de outros movimentos. É importante combater o machismo dentro dos movimentos, não deixar ele passar.**

Foi como começamos a compreender o racismo ambiental sofrido especificamente pelas mulheres da Baixada. Depois de um ano de Fórum,

conseguimos criar um grupo de trabalho só com mulheres para discutir isso. A Refinaria Duque de Caxias, Reduc, foi instalada na década de 1960. A partir de então, já foram várias pesquisas sobre casos de doenças transmissíveis pelo ar, pela água.

Procuramos sindicalistas do Sindipetro Caxias. Eles nos relataram que a Petrobras é uma veia aberta na Baía de Guanabara, que todo dia são milhares de litros de resíduos sólidos despejados na água da Baía. O benzeno, pelo ar, também foi uma questão. Em 2002, ele caiu nas casas das pessoas, aumentou os casos de câncer e de aborto.

E as mulheres, nesse cenário, são as pessoas que voltam para casa com latas de água na cabeça, porque começou a faltar água depois da chegada das indústrias. As doenças aumentaram... Então quem falta o trabalho para

cuidar dos doentes? No momento de crise, são elas que precisam deixar o emprego e voltar para dentro de casa. E dormem tarde, porque

a água só cai na pia de casa de madrugada, e elas precisam lavar a roupa. E por aí vai.

Mais sobre a relação entre economia feminista e trabalho doméstico

A produção voltada para o cuidado da casa, do marido, dos filhos e dos idosos, da alimentação, dos pequenos quintais e todo o lado essencial do cuidado emocional e material. Tudo isso é absolutamente invisível para o pensamento econômico dominante. A ciência econômica dominante muito contribui para promover ideias que simplesmente não dão visibilidade às mulheres que não têm espaço na política.

Existe, na ideologia econômica dominante, uma necessidade de generalizar a ideia de que tudo o que é público, mercantil, econômico e racional é “naturalmente” do universo masculino. Isso exclui o restante das pessoas da esfera econômica produtiva. No caso, o resto das pessoas são as mulheres que praticam outra forma de produção não necessariamente monetária e/ou mercantil.

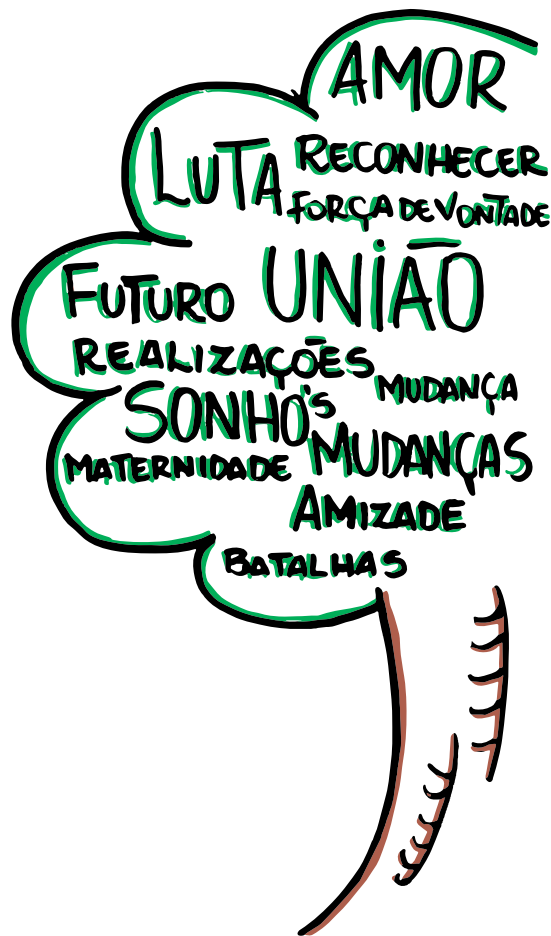
Esse tipo de generalização/universalização é prática corrente em toda a construção da história do pensamento econômico. A economia feminista critica isso. Critica a invisibilização do trabalho doméstico e defendem que não exista a separação entre as esferas pública e privada.

Livre adaptação de: QUINTELA, Sandra. Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia. Rio de Janeiro: PACS, 2006.



A questão da água é uma questão de economia política. Não falta água na Baixada, por exemplo, para a Petrobras. E a gente fala: ah, mas sempre faltou água. Não. A partir de quando começou a faltar água? É preciso saber. Antes da implantação de empresas como a Bayer e a Petrobras não faltava água na Baixada, e era uma água limpa. As pessoas pescavam nos lagos e nos rios.

Em 1970, eu pegava peixe nos fundos da minha casa praticamente com uma peneira. Tinha um córrego que formava um laguinho. A água vinha do rio Iguaçu, saía do Tinguá e desembocava no rio Sarapuri. Então hoje não falta água para os grandes empreendimentos, falta na torneira da trabalhadora. É uma questão política. Outro cuidado que precisamos tomar é com a frase: o homem está destruindo o meio ambiente. É? Que homem? O homo economicus, o capitalista. Não nós. Nós estamos sofrendo racismo ambiental.



Feminismo da Baixada

O PaguFunk é um coletivo feminista e uma banda de funk de Duque de Caxias. Ele foi criado em 2013 e teve repercussão nacional com a música “A Missão Será Cumprida”, em que as mulheres do Pagu dizem que vão “cortar a pica” de homens machistas. No Seminário de 2015, a Lidiane de Oliveira, conhecida como MC Lidi, foi convidada para falar sobre feminismo e periferia, especialmente na Baixada. Aqui selecionamos alguns trechos da fala dela:

É possível fazer feminismo juntando conhecimento com as suas vizinhas, com as mulheres que você encontra dentro do

ônibus, na padaria, em qualquer lugar. A revolução feminista começa quando você chama a sua amiga. Eu estou aqui se você quiser, pode me chamar. A gente vai e faz uma roda de mulheres na rua da sua casa.

Quando eu tinha 14 anos, uma amiga da minha idade foi estuprada e assassinada. Foi tão traumatizante que eu não lembro o rosto dela. Só lembro a capa do Extra, e da foto dela jogada no terreno baldio. No dia do enterro, eu prometi que eu ia encontrar uma maneira de não deixar isso acontecer com outras meninas. Depois, eu comecei a fazer trabalho voluntário em igreja, orfanato, asilo...

Quando eu tinha 16 anos, um professor me disse para procurar ‘feminismo’ na internet. Para vocês terem uma ideia, antes disso, eu já tinha até organizado debate contra o aborto na escola. Foi com as pesquisas que comecei a ter respostas para as minhas inquietações, que tinham nascido com a morte da minha amiga.

A partir das minhas pesquisas, eu tive um estalo: não era possível que não existissem casos de mulheres feministas na história da Baixada Fluminense. Então, comecei a perguntar para as pessoas vizinhas se elas conheciam histórias feministas na Baixada. Pesquisei em bibliotecas, em museus e fui descobrindo.

Na Baixada Fluminense, morre uma trans por dia. A cada cinco horas, um caso de estupro é registrado. Duque de Caxias é a cidade fluminense onde mais morrem jovens negros. Não

MINHA VIZINHA É TÃO IMPORTANTE QUANTO SIMONE BEAUVOIR

JOSEFA PUREZA

TIA ANGÉLICA

GUERRILHEIRAS DEXEREM

NÓS É QUE VAMOS CONTAR NOSSA HISTÓRIA

HILDA FURACÃO

MATE COM ANGU

era possível que ninguém nunca tivesse se revoltado.

Eu tinha necessidade de saber a história feminista daquele chão. Estas foram algumas das minhas descobertas:

A **Escola Proletária de Meriti** foi fundada em Duque de Caxias no ano de 1921, pela comunista e feminista Armanda Álvaro Alberto. Ela foi a primeira instituição de ensino do Brasil a oferecer merenda e a ser em tempo integral. Pessoas opostas à ideia apelidaram o colégio de **Mate com Angu**, por causa de ser esse o lanche mais comum oferecido pela equipe da Armanda. O nome pegou até entre as pessoas que apoiavam a escola, porque era isso mesmo: a escola matava a fome das crianças, e matava de maneira simples, com mate e angu. Hoje, Caxias tem um cineclube cujo nome homenageia Armanda e sua escola, é o Cineclube Mate com Angu. O prédio da escola ainda está de pé, no centro de Caxias, onde existe um museu. No entanto, está sendo ameaçado de demolição para construção de um shopping.

A campestre e costureira **Josefa Pureza** morou em Xerém, bairro de Caxias, na década de 1960. Ela veio de uma família muito pobre de Alagoas e perdeu os pais com nove anos. Ela organizou uma grande resistência campestre com as suas vizinhas. Ela e as amigas eram casadas com comunistas, e os homens estavam presos durante a ditadura. Então elas colocavam pessoas pra correr de lá, elas se defendiam. Xerém, inclusive, é conhecida como terra guerrilheira.

A **Ildacilde do Prado Lameu** nasceu em Minas Gerais e se mudou para o Rio para viver em Capivari, um bairro de Duque de Caxias. Conhecida como Dona Ilda e como Ilda Furacão, ela

organizou o grupo Justiceiras do Capivari, que começou com cinco mulheres e chegou a ter 75. No bairro onde elas viviam, havia muitas mortes de meninas de menos de dez anos. Elas então capinavam o mato à procura dessas meninas e encontravam os corpos. Elas se reuniam nas casas delas e também cuidavam umas das outras, acompanhavam umas às outras à noite. No contexto das mortes das meninas, elas andavam de foice e facão nas ruas, como protesto.

A gente pode construir o feminismo de maneira autônoma. Na nossa rua, com as nossas mães e em grandes manifestações, como as do “Fora, Cunha”. Se conectando com a pluralidade de mulheres que existe.

Nos dias de hoje, também existem exemplos pontuados pela Lidi. O **Grupo Tia Angélica, GTA**, é um. Em 2007, foi criada, no Parque Paulista, a Biblioteca Comunitária João Barbosa Ferreira do GTA, hoje com mais de cinco mil títulos doados das mais diversas áreas de conhecimento. Por sua vez, a Maria Angélica de Jesus, conhecida como **Tia Angélica**, vive há mais de 40 anos na Baixada e procura sempre abraçar a juventude no espaço da biblioteca. Foi lá onde a PaguFunk nasceu.

Josinete Pinto, Rede de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária
A importância da fala da educadora popular feminista nas diversas frentes de luta

Eu sou migrante nordestina aqui neste mundão de meu Deus. Sou pernambucana, de uma cidade onde cresci ouvindo dizer que o povo daquele lugar estava sendo destruído pela cana de açúcar. Meus avós trabalharam na lavoura. Meus pais também.

O nome da cidade onde nasci é Vitória do Santantão. Fica longe, para lá do fim do mundo. Mas quando eu digo que é a cidade da Pitú, muita gente sabe onde fica. Mas quem fabrica a Pitú? Quem são as pessoas que estão dentro da fábrica há anos?

Um tio meu trabalhava lá dentro. Agora está

aposentado e mora com a minha mãe. Para que ele trabalhasse fora, meus avós, minha mãe e a companheira do meu tio sempre trabalharam muito dentro de casa. Até quando o trabalho de casa vai ser escondido? É difícil perceber nosso lugar nesta sociedade que está aí porque esta sociedade simplesmente não abre as portas para nós.

Então, eu saí de Vitória de Santantão como militante da Juventude Operária Cristã (JOC) e nunca mais voltei para minha cidade. Eu percebi que os desafios do feminismo e das mulheres estão em todo lugar. Militei onze anos com a JOC. Depois vim morar no Rio, conheci o PACS e, em 2014, coloquei como desafio pessoal fazer o curso Mulheres e Economia, porque tinha uma série de coisas que eu não estava entendendo.

O Mulheres e Economia me revelou vários desafios, mostrou que eu preciso continuar es-

tudando. Depois dele, tomei uma decisão: estudar não é só voltar para a sala de aula, é também se reunir com outras mulheres para procurar entender a nossa realidade. Quem nós somos neste mundo capitalista que está nas mãos dos homens?

O PACS faz esta provocação: Economia é política e deve estar nas mãos das mulheres. Então fui convidada para discutir economia solidária e socioeconomia no último módulo do curso e resolvi provocar o grupo: chamei as próprias mulheres que estavam como educandas ali para me ajudar a falar sobre o assunto. Chamei Lídia, Iza, Ju, Berna, Luciana. E foi muito bom!

Mas sabe por que eu vim fazer essa fala hoje? Porque eu moro em Volta Redonda, onde a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) continua jogando fogo pelas “ventas”, parece um

dragão. A poluição cai na nossa casa todo dia e isso gera doenças. E quem são as mais prejudicadas? As mulheres! Dentro de casa boa parte do dia, no trabalho doméstico.

Eu estou aqui para dizer que o feminismo precisa ser pauta em espaços onde as mulheres são invisibilizadas. Em lugares onde a opressão é tanta que as mulheres sequer aparecem. Mas, para fazer isso, a gente precisa agir em rede. É preciso que a gente se some nesta caminhada, porque estamos fragmentadas demais, e assim perdemos força.

O Fórum Estadual de Cooperativismo é um lugar da economia solidária, mas que precisa ser recriado pelas mulheres. A gente discute isso na rede de educadores e educadoras: os homens estão falando pelas mulheres no Fórum!

A Maria Nazaré, por exemplo, é catadora de

resíduos sólidos e faz parte de um coletivo de mulheres catadoras. Eu perguntei para ela: por que vocês não estão na rede mista? Nesses espaços a educação popular é a educação política! É papel de cada uma de nós, se queremos contribuir para a transformação da realidade, ocupar esses espaços, senão alguém vai falar por nós!

Então, na Rede de Educadorxs Populares, temos discutido muito como vamos contribuir para que as mulheres, de fato, ocupem esses espaços. Nós, feministas, não somos as únicas responsáveis, mas somos responsáveis também por fazer o debate de gênero sair dos espaços onde acontece o trabalho cotidiano das mulheres, como cooperativas de mulheres e



As Marias do Seminário

Maria de Nazaré é catadora de resíduos sólidos e moradora de Volta Redonda. Ela participou do Seminário Olhares Feministas sobre a Economia e o Mundo do Trabalho realizado em 2014. A matéria sobre o seminário publicada no site do Pacs se inicia com a história da catadora:

“Quando o sol nasce, a mulher negra desce morro abaixo puxando a carrocinha. Com o corpo curvado, percorre ruas e avenidas do asfalto e retorna quando já não há sol. De volta ao encontro dos/as demais catadores/as de materiais recicláveis, faz uma primeira seleção do que poderá ser reaproveitado e virar fonte de renda e do que não serve a esse propósito. Ao retornar pra casa, a família, a roupa, a louça, ainda exigem atenção. O corpo estafado tem mais uma jornada a vencer.”

O texto completo está disponível em: pacs.org.br.

etc., para alcançar espaços mistos que debatem e fazem economia.

Nós fazemos educação o tempo todo. Um debate importante para a educação popular, por exemplo, é o cuidado com o meio ambiente. Mas nossa responsabilidade aumenta à medida que a gente se envolve. Não adianta a gente achar que só tirar caixa de leite do meio ambiente vai resolver a questão ambiental, quando a gente sabe que ela está permeada pelo racismo, quando a gente sabe que os grandes poluidores da Baía de Guanabara são grandes corporações. Então eu deixo como provocação também: De que maneira as feministas podem interferir nas políticas que provocam alta destruição?

Somos muitas e diversas, queremos o direito à escolha

Josinete Pinto também iniciou a fala com um poema; dessa vez, de Lilian Sales. A poesia fala sobre a importância e a força de reeducar as próprias filhas, reorganizar a família. O tema foi muito debatido entre as presentes, porque nem todas achavam que a força da mulher deve ser diretamente relacionada à possibilidade de ser mãe, cuidadora, educadora. E você, o que acha?

Leia aqui um trecho da poesia declamada por Josinete:

Sinais de outra economia...
Tanto tempo! 200 anos
Para então ser trazida à luz
A economia solidária
A que o feminismo conduz
Conduz por ser criadora
Criadora como mulher
Que dá à luz, cria e sofre
E luta para o capitalismo
Não fazer o que quer



O poema completo de Lilian Sales está em Economia Política nas Mãos das Mulheres, uma publicação do PACS.

AUTO-ORGANIZAÇÃO FEMINISTA: PRÁTICAS E DESAFIOS



Graciete Santos, Casa da Mulher do Nordeste
Os próximos passos
da auto-organização

Das nossas conversas, apareceu como alternativa o fortalecimento da organização das mulheres. Ficou muito claro o quanto o curso Mulheres e Economia, nesses dez anos, tem sido uma excelente oportunidade de auto-organização. Quando a gente começa a falar a partir de nós - das nossas opressões -, a gente começa a ampliar o olhar para ver que são diferentes opressões. Mulheres brancas, mulheres negras, mulheres pobres, mulheres jovens,

não é? A gente precisa considerar isso para poder se entender, entender a outra e pensar o coletivo.

Então, eu reforço aqui a auto-organização das mulheres, na sua diversidade. Não é um partido político que vai dizer como a gente tem que se organizar, não é um sindicato, não é a igreja. Somos nós mesmas, a partir das nossas realidades.

E acho que vocês, participantes deste seminário, trouxeram isso a partir dos relatos. Já existem espaços de auto-organização indicados por vocês: coletivos, grupos. A própria agroecologia articula muitos espaços de auto-organização.

É muito forte também nos relatos a questão da saúde, principalmente ligada à alimentação. É importante a gente voltar nosso olhar para

o padrão de consumo que foi criado, que é quase inconsciente, e que prejudica a nossa segurança alimentar e nutricional. E nesse campo precisamos de mais experiências.

Lá na Casa da Mulher do Nordeste, a gente vem pesquisando isso. A gente tem um trabalho grande na agroecologia no campo, mas a cidade nos desafia. Nesse meio, um caminho que vimos foi pensar não só a questão da produção do alimento sem agrotóxico, mas também pensar em outra forma de consumir. Então entraram como alternativas as feiras locais.

Mas algo que não ouvi aqui foi um debate sobre como se envolver com os programas estatais que já existem. O programa de aquisição de alimentos, o programa nacional de merenda escolar. Esses são programas que estão aí e que abrem espaço para participação. Pelo menos, para as mulheres rurais, o que a gente tem

analisado é que isso tem sido uma grande porta de acesso. É preciso a gente pensar de que formas podemos nos aproximar dessas portas.

Como expandir o território de ação e luta?

Auto-organização tem que começar a partir do território, de onde eu estou. É preciso aguçar esse olhar do nosso lugar, da nossa realidade. E nos fortalecer ali, pensar essa organização neste âmbito local, mas pensar como a gente se conecta com o resto também. Então, é importante que a gente tenha informações, dados. Por exemplo, a gente estava falando da questão da saúde, mas a gente precisa de dados para falar como é realmente.

Acho que essa mesma ideia que o grupo trouxe de um reencontro para pensar o pós, para pensar “como a gente faz para isso ficar enrai-

zado?”. Porque vocês mesmas colocaram que o curso tem que reverberar, se multiplicar.

A educação é política, então ela precisa transformar, a gente precisa semear, enfrentar distâncias, ela precisa ligar nossa luta de transformação e a gente quer transformar o mundo a partir de nossa realidade. Então eu acho que essa organização ali no local ela tem que irradiar, conectando com os movimentos.

O grande desafio é a gente fazer essa convergência, mas uma convergência em que não adianta só a gente estar na luta, mudar o mundo a partir de nós, se a gente também não toca outras perspectivas que também são transformadoras, como a agroecologia, a economia solidária. Mas como é que a gente leva isso para dentro desses movimentos, como é que a gente leva o feminismo para outros espaços? Esse é o nosso grande desafio hoje.

Graciete Santos, Casa da Mulher do Nordeste Escuta Feminista – uma proposta de ação

Nosso corpo é nosso território. Para a gente decidir sobre ele, o autoconhecimento é um caminho, mas a gente também tem que se fortalecer na nossa ação coletiva. O micropoder está onde vivemos. São as pessoas que vivem naquele lugar que vão falar, são elas que sabem falar do que está acontecendo.

Pensando nisso, a gente teve uma experiência com o Fórum de Mulheres de Pernambuco: a Escuta Feminista. A gente se dividiu por região, e vários coletivos ficaram responsáveis de fazer essa escuta sobre vários temas. Ouvimos coisas que não conhecíamos. O outro passo é mapear e pensar em mecanismos de ação com base nos relatos. Porque existem mecanismos.

O Ministério Público, os conselhos, a secretaria e os organismos de políticas para as mulheres. Mesmo com toda dificuldade que a gente conhece, com a cooptação que existe, a gente precisa levar nossa rebeldia organizada e com foco! Tem que fazer ato público, tem que fazer audiência pública, tem que botar a boca no trombone, tem que ir para as mídias! As mídias sociais também são ótimos mecanismos de denúncia, porque são rápidas e estão aí. Precisamos confiar na nossa rebeldia, investir nela.



Sandra Quintela, PACS

De olho na ação do capital dentro dos nossos territórios

A gente pensa essas regiões que foram apresentadas aqui: a região Sul Fluminense – como Teresópolis, a Baixada, Zona Norte/Centro e Zona Oeste. A gente tem, de um lado do morro, a baixada fluminense e, do outro lado do morro, a Zona Oeste. São dois territórios divididos por uma cadeia montanhosa. Mas são muito parecidas, a realidade da baixada e a realidade da Zona Oeste.

É impressionante, parece que a gente está falando até de um mesmo lugar: a questão da militarização, transporte público coletivo precário, e o descaso total do poder público. Baixada talvez mais grave, porque a Zona Oeste é no município do Rio, então essa política se perde um pouco no atacado. Na Baixada,

como os municípios são menores, a política é no varejo.

Na Baixada, é possível ver a senha do posto de saúde que o filho do prefeito dá em troca do voto, etc. Obviamente, na Zona Oeste, também se veem os vereadores e deputados ligados à milícia, milicianos eleitos pelos votos da Zona Oeste. Nesse sentido, essa pequena política também funciona como uma subpreitura dentro do município do Rio.

Além disso, elas, Baixada e Zona Oeste, também têm em comum o fato de serem áreas de racismo ambiental. Na Baixada, temos a Reduc, que é do ramo de petroquímicos. Do outro lado, está a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). As duas agora vão estar interligadas pelo Arco Metropolitano.

O Arco Metropolitano vai ligar não só a Reduc à

Baía de Sepetiba, vai ligar o COMPERJ à Baía de Sepetiba. Então ele vai ligar toda a região metropolitana do Rio, a partir de Itaboraí até Itaguaí, passando por Baixada e Zona Oeste. Isso vai produzir danos tremendos, porque o alagamento vai aumentar muito na Baixada com o Arco Metropolitano, tem até tese de doutorado sobre isso, provando que vai aumentar.

Então, temos a abundância de água, com as enchentes frequentes; e a escassez de água, nas pias das casas das e dos trabalhadores. Ontem a Leila Sales inclusive pontuou a falta de água nessas regiões e o fato de que os rios estão secando.

O sistema capitalista, este sistema que a gente vive, ele sempre está na boa. Se estiver faltando água, ele acha ótimo! Porque o preço da água vai aumentar, o negócio da água vai aumentar, os capitalistas vão dizer que a

privatização da água é que vai resolver. E vão ganhar dinheiro! Porque a economia - essa que a gente luta contra, que a economia feminista luta contra - é a economia da escassez! Quanto mais escasso for o negócio, mais valor ele vai ter para o mercado. Será que é por isso que o trabalho da mulher não tem valor? Porque é abundante, é generoso? Não mede o que dá, será que é por isso que não tem valor? Vamos pensar...

O capitalismo sempre vai nadar de braçada. Ele não está nem aí para as populações empobrecidas. Inclusive, a lógica do capital funciona para privilegiar cada vez menos gente. Na lógica do capital, o que se estabelece diariamente é que populações inteiras são destruídas. O capital não tem nenhum problema ético com esta realidade, que nós conhecemos.

Então, quando a gente vê a Zona Oeste, mais

especificamente a Baía de Sepetiba, com projeto para dois portos industriais, o de Itaguaí e o Sudeste, sabe-se lá o que pode acontecer com a população local. Sabe o projeto do submarino nuclear? Também é naquela região. Esse submarino é altamente contaminante. É importante vocês pesquisarem sobre isso, existem vários estudos, inclusive um do PACS.

Saiba mais em “Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimento e os limites para a construção de alternativas” -

<http://goo.gl/FbHkuJ>

O pré-sal e a Baía de Sepetiba

Só entre a Baía de Sepetiba e a Baía de Santos, são mais de 19 plataformas de petróleo que vão ser instaladas. Ilha Grande, adeus! Costa verde toda, adeus! E, neste debate eleitoral agora, estão querendo que se instale o aereo-

porto do pré-sal em Santa Cruz. O aeroporto do pré-sal é um só – de Santa Catarina até não sei onde, é um aeroporto só, que querem que seja em Santa Cruz. É óbvio, porque já tem a base aérea de Santa Cruz. Ali, para transformar em aeroporto do pré-sal é fácil. É zona de sacrifício total mesmo.

Então, tudo bem, a gente vai saber tudo isso e vai fazer o quê? Vai ter que lutar, vai ter que conversar, vai ter que se organizar! O que digo é o seguinte: tem um sistema muito opressor, que oprime historicamente as mulheres, de uma maneira brutal, e é preciso lutar contra esse sistema, procurar se auto-organizar contra ele, porque ele não vai parar sozinho.

Sandra Quintela, PACS O exemplo das soviéticas

- *Mulheres, Estado e Revolução* fala sobre o protagonismo das mulheres na Revolução Soviética, a primeira revolução socialista na história da humanidade, em 1917. É um livro da historiadora Wendy Z. Goldman. Foi lançado no Brasil em 2014, pela Boitempo.

- O Estado Soviético, antes de Stalin, garantia às mulheres o exercício político, como trabalhadoras. Os papéis da família e da divisão sexual do trabalho eram profundamente discutidos. Por que a mulher é quem tem que cuidar sozinha dos filhos? Por que a mulher é quem precisa cuidar da casa? Por que a tarefa do cuidado não é socializada? Isso há 100 anos!

- Durou pouco, porque Stalin tomou o poder e destruiu esse legado. Mas, por um momento, elas tomaram o Estado de assalto e queriam mudar a vida das mulheres! Por que estou trazendo isso? Porque é possível mudar. A transformação acontece! As coisas não são estáticas, se nós conquistamos o que conquistamos historicamente, foi a auto-organização das mulheres que conquistou, contra tudo e todos!





COMO FAZER ANÁLISE DE CONJUNTURA A PARTIR DO NOSSO LUGAR DE FALA

Em espaços de discussão e formação política popular, é comum dedicar um turno inteiro para o exercício de debater e analisar a conjuntura. De maneira geral, esse esforço dá início às programações e tem por objetivo situar os debates que virão a seguir. Por um lado, a tarefa não se mostra nada simples; por outro, ela é indispensável. Como atuar em um mundo que não analisamos? Para onde irá nossa prática, se ela não for fruto da nossa própria crítica consciente e constante?

O exercício de interpretar a realidade ao nosso redor a partir do nosso lugar de fala é especialmente importante para as mulheres trabalhadoras. Se cada lugar de fala é diferente, cada análise de conjuntura será diferente também. Nesse sentido, é diferente não apenas entre homens e mulheres, mas entre mulheres negras e brancas, entre mulheres trabalhadoras e burguesas, etc.

A multiplicação de análises feministas é um exercício da nossa diversidade e uma oportunidade de pautar debates, tanto em espaços femininos, quanto em mistos. Em um momento de intensa exposição das mais diferentes ideias feministas nas redes sociais, nós precisamos fazer valer nossas vozes, subir aos mais variados palanques e saber qual a contribuição a ser dada.

O **passo a passo** a seguir foi construído a par-

tir da fala de Sandra Quintela, do Pacs, e de Paula Máiran, do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro; também contou com a colaboração das mulheres participantes no Seminário Olhares Feministas sobre a Economia Política e o Mundo do Trabalho de 2015.

Ele oferece alguns elementos fundamentais para a construção de uma análise de conjuntura feminista e comprometida com a luta de classes. As mulheres trabalhadoras têm uma forma diferenciada de olhar o mundo? E, entre nós, quais são as diversas formas de olhar o mundo?

O que é uma análise de conjuntura?

É uma interpretação da realidade atual. Nela, a partir da nossa leitura da realidade, reunimos elementos do que está acontecendo em nossa sociedade nas áreas da cultura, da economia, da política. É uma síntese.

Passo 1: De onde nós falamos?

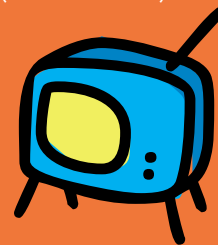
O primeiro passo para fazer uma análise de conjuntura é olhar a partir do nosso lugar de fala. Pensemos: a análise de conjuntura que nós - mulheres lutadoras - fazemos é igual a que o dono do Itaú faz? É igual à análise que faz a presidenta da Natura ou da Magazine Luísa? Por que é diferente, se nós vivemos no mesmo país?

Passo 2: Quem são as/os personagens que se destacam?

Em seguida, a partir de uma reflexão sobre o nosso lugar de fala, começamos a pensar quem são as personagens que representam um papel importante na atualidade de nossos territórios de ação - cidade, estado, país ou mundo. Exemplos: Instituições financeiras, partidos, organizações populares, pessoas, movimentos sociais, mídia, empresas, governos.

Que conjuntura a mídia esconde?

“Por que a maioria não se organiza pra lutar? Porque que a maioria está imersa numa lógica de ilusão de que pode fazer parte daquele 1% - por loteria ou esperteza. E também porque muita gente não tem esperança de mudança, acha que a realidade é desse jeito, não vai mudar e é preciso se conformar. Por que tem tanta gente conformada? Acho que tem um papel fundamental da mídia no sustento desse modelo. É bom lembrar que os três irmãos Marinho, estão na 5ª posição da lista dos mais ricos do mundo. No levantamento dos 100 mais ricos do mundo, estão todos os donos de mídia no Brasil. Isso é muito revelador do quanto é crucial o papel da mídia, da comunicação, no controle da nossa sociedade, no trabalho de manter todo mundo quietinho” (Paula Máiran).



Passo 3: Em quais cenários essas/es personagens estão atuando? Onde se relacionam?

Ao identificarmos os/as atores/atrizes principais, passamos a tentativa de identificar os cenários, ambientes onde esses/as sujeitos/as agem. Exemplo: Congresso, usina Hidrelétrica de Belo Monte, Rio de Janeiro (cidade olímpica).

Passo 4: Como está a correlação de forças? Pra que lado tende o cabo de guerra da questão que estamos discutindo?

Olhando de uma maneira ampla, a partir da luta de classes, como estas/es personagens agem em determinados cenários de maneira a influenciar a correlação de forças? De quais ferramentas de força cada personagem dispõe? Como essas ferramentas são usadas?

Passo 5: Olhando o curso da história

Após construirmos a “cena” com protagonistas, cenário e conflitos, passamos a tentar ler a conjuntura dentro de uma “peça” maior, que é as histórias das lutas de classes contra o patriarcado e o racismo. A conjuntura que construímos e analisamos, passa a ser um ato - um capítulo - dessas histórias mais longas. Diante do que vimos, como fica a correlação de forças entre burguesia e trabalhadoras/es? Pra qual lado a disputa tende a ir? Quais atores e cenários influenciam em cada embate? O que está em jogo?

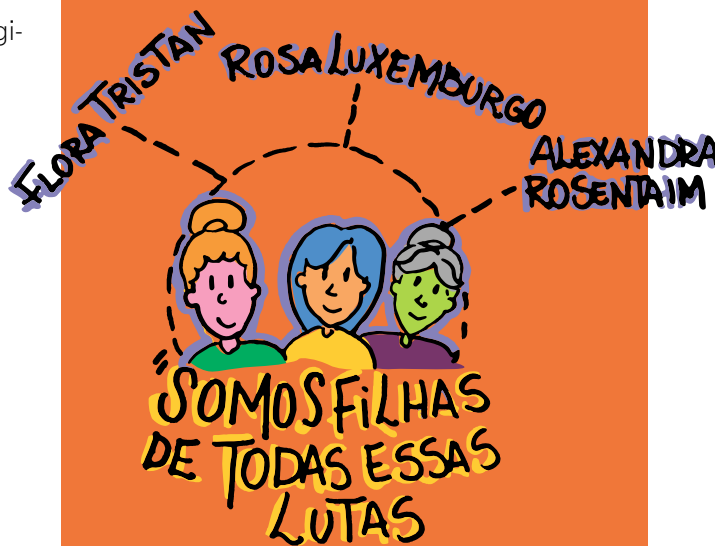
Passo 6: Projetando as próximas ações

No último passo, a partir da análise construída, projetamos nossas ações futuras. Nós mesmas, como atrizes dessa história, o que podemos fazer para modificá-la, para interferir no seu desenrolar?

Você achou esta seção útil? Olhando para o Brasil atual, como seria a sua análise da conjuntura relativa aos direitos das mulheres? Quem são as principais personagens nessa pauta? Quais os cenários mais marcantes? Para onde tende a correlação das forças envolvidas? Quais as fraquezas e fortalezas dos nossos movimentos? Que projeções são possíveis de ser feitas? Como podemos pensar estrategicamente nossas ações?

Somos personagens históricas

“Nós somos frutos de uma luta histórica. Se fosse só pela estrutura social que nos cerca, nós estaríamos em casa caladas – cozinhando o jantar, passando a roupa. Cama, mesa e banho. E sem direito a gozar! A chance de ter uma discussão sobre o gozo também foi uma conquista nossa! Olhando a conjuntura, nós temos que olhar também a história, o curso da história” (Sandra Quintela).





FEMINISTAS:
"É PRECISO
RADICALIZAR A
DEMOCRACIA"

O feminismo materialista traz consigo um projeto de sociedade que tem em si a radicalização da democracia.

Na ocasião do **Seminário Olhares feministas sobre a Economia Política e o mundo do Trabalho de 2015**, a pesquisadora e militante Mirla Cisne nos concedeu esta entrevista. Ela trata dos desafios para a auto-organização das mulheres no Brasil atual e das contribuições do feminismo na superação do modelo socioeconômico que nos cerca e que criticamos. Através das respostas, é possível conhecer a maneira dela de analisar a conjuntura. Consideramos que você pode achar bastante valiosa esta conversa.

Mirla Cisne é professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir. Em 2012, lançou o livro *Divisão Sexual do Tra-*

balho, Gênero e Serviço Social. Em 2014, lançou mais um, o *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. Atualmente milita na Frente de Luta das Mulheres Potiguar.

PACS – Quando foi que você se deu conta, Mirla, de que como mulher você precisava se auto-organizar?

Mirla Cisne – Acho que, de forma mais consciente, em torno dos meus 16 anos. Fruto dos próprios conflitos dentro de casa, especialmente em relação ao meu pai. Eu acho que, quando a gente começa a questionar algumas coisas, a gente também começa a sentir a necessidade de buscar força coletiva para poder fazer o enfrentamento, já que não é um problema individual. Começa a perceber que não acontece só com a gente, que tem uma lógica que estrutura as relações patriarcais. Então a necessidade da auto-organização veio no sen-

tido de confrontar a lógica estruturante - que impacta na nossa vida individualmente, mas que também nos afeta como mulheres de forma coletiva.

PACS – Na sua tese, você dedicou um bom espaço para debater a diferença entre falar ‘gênero’ e falar ‘relações sociais de sexo’. Por quê? Qual é a diferença?

M.C. – À medida que eu fui aprofundando os estudos, o conceito ‘gênero’ me provocou algumas inquietações, porque ele é usado por correntes do feminismo diferentes da minha e porque é usado também por instituições multilaterais como o Banco Mundial. Então haver organismos unidos ao grande capital usando o termo ‘gênero’ - exigindo recortes de gênero em projetos - começou a me incomodar, porque eu não tinha nenhuma ilusão de que o grande capital lutasse pela real igualdade

entre os sexos. Também porque eu trabalhei uma época no [Cunhã Coletivo Feminista](#), e a gente tinha um financiamento do Banco Interamericano. Eles exigiam o tal do recorte de gênero, e na oportunidade da visita de um representante, eu perguntei o porquê. Era um trabalho em área de assentamento. Ele me respondeu prontamente: porque enquanto as mulheres conseguem potencializar recursos com pequenas hortas orgânicas, os homens querem grandes projetos de irrigação. [Risos]. Em cima disso, comecei a investigar qual é a lógica que estrutura ‘gênero’. E é uma lógica, hegemonicamente, muito ligada à instrumentalização da mulher, para, inclusive, reforçar o lugar socialmente atribuído à gente: do cuidado com a família, de potencializar recursos escassos, de dar conta da reprodução social. Tudo isso em um contexto neoliberal, porque o conceito explodiu em um contexto em que se procura tirar a responsabilidade do Estado

com as políticas públicas e dar essa responsabilidade a indivíduos e a instituições civis. Para mim, isso está associado à fragilização e à fragmentação das políticas públicas. Então os estudos de gênero vieram nesse contexto, não vieram isoladamente. Junto com a palavra 'gênero', veio, por exemplo, 'sociedade civil organizada', substituindo 'classe social' – o que também está associado ao processo de institucionalização dos movimentos sociais. Muitos militantes passaram a se profissionalizar nas ONGs, por exemplo, e o pano de fundo é este: o neoliberalismo. Uma das intenções do neoliberalismo é o enfraquecimento das lutas e dos movimentos sociais. Eu fui percebendo que o estímulo ao 'gênero' era e é funcional à lógica neoliberal. Agora é obvio que muitas autoras trabalham com gênero não na perspectiva de instrumentalização da mulher. A Safiotti defende a utilização de 'gênero' sempre vinculada ao conceito de patriarcado. Justamente

porque 'patriarcado' aporta o conteúdo político teórico estrutural que 'gênero' sozinho não traz. Ela associa o patriarcado também com classe e raça. É o que ela chama de nó. Eu também trabalho com essa perspectiva de classe e raça, mas em vez de gênero eu falo de relações sociais de sexo.

PACS – Na prática, quais diferenças você enxerga entre o feminismo institucionalizado e o autônomo?

M.C. – A radicalidade. [Risos] Fundamentalmente, a radicalidade que está associada à condição de autonomia. E eu destaco duas dimensões na institucionalidade: a dependência econômica e a dependência política. No Brasil, eu destacaria ainda mais a política. Porque as relações, por exemplo, partidárias e governamentais têm amarrado muito o avanço do próprio feminismo. Como se as nossas bandeiras, por serem

polêmicas, atrapalhassem a governabilidade. Então, quando se recebe financiamento do governo ou quando se está vinculado a partidos que estão na base do governo, é como se não se pudesse mexer em determinadas questões. Sobre isso, o feminismo institucionalizado não é apenas o vinculado a organizações não governamentais, mas também o de várias militantes feministas que estão nos ministérios, nas secretarias, na organização de conferên-

cias, nas secretarias de partidos, no setor de mulheres de partidos. Em situações assim não se consegue ter de fato uma autonomia. Inclusive, [dentro dos partidos, por exemplo], no tensionamento entre as chamadas lutas gerais e específicas. A gente precisa pensar melhor sobre isso, porque **as questões feministas não são necessariamente específicas, elas são estruturais. Elas estão vinculadas ao mundo do trabalho, à exploração diferenciada da clas-**

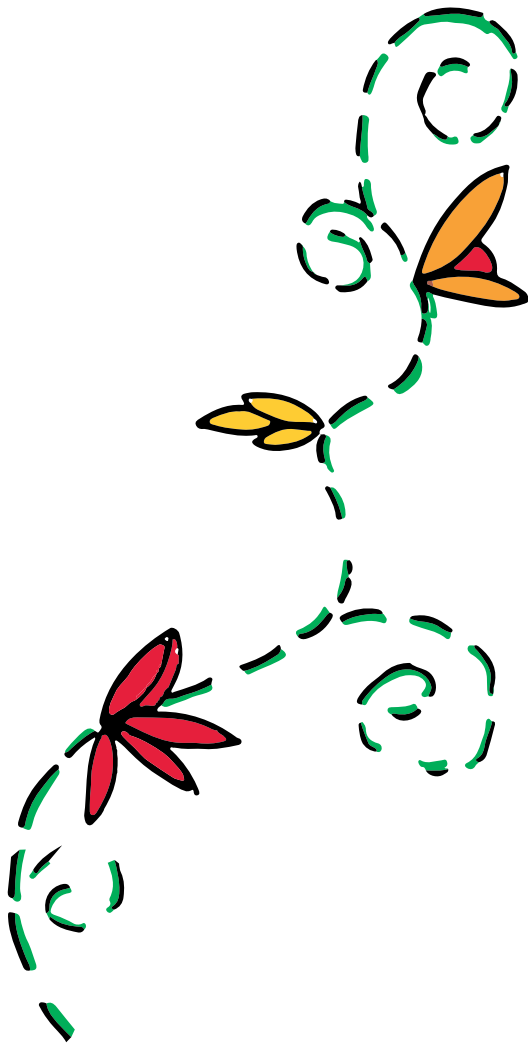
FEMINISMO
INSTITUCIONAL

- ONG'S
- ESTADOS
- CONSELHOS



FEMINISMO
AUTÔNOMO

- MOVIMENTOS
- COLETIVOS
- GRUPOS



se trabalhadora, à superexploração também diferenciada por sexo a qual a classe trabalhadora é submetida. Eu não acho que esse seja um problema das mulheres, mas um problema dessa ordem patriarcal capitalista e racista. Jogar isso como sendo uma questão secundária ou um problema específico que pode esperar, eu considero um equívoco de algumas análises da própria esquerda.

PACS – Do ponto de vista da tensão entre lutas gerais e específicas, então, a autonomia libera a mulher de sujeitar a pauta feminista ao silenciamento causado por outras pautas defendidas dentro de uma mesma organização?

Pois é. E tem essa dependência política que é limitadora, mas a econômica também é forte. Quem consegue financiamento? Relações políticas muitas vezes facilitam acesso a financiamentos de determinados ministérios. Alguns

movimentos e organizações têm mais facilidade para determinados recursos em detrimento de outros movimentos e organizações, a depender das relações políticas. O problema desse jogo institucional é que algumas organizações passam a pautar a própria ação de acordo com editais, ou de acordo com o edital de lugares específicos com os quais já existem relações políticas. Isso, para mim, é muito grave, porque, quando é movimento autônomo, a ação é impulsionada pela demanda das mulheres, não pelo tema do edital aberto. Por exemplo, o número de casos de violência contra a mulher estoura, mas não existe nenhum edital para ações nesse sentido, então a gente vai trabalhar com soberania alimentar, porque para isso tem edital. Sem desmerecer a importância do debate da soberania alimentar, acho fundamental. Eu falo isso de uma forma bem geral, a realidade não é tão simplista assim. Mas, sem dúvida, o movimento de institucionalização das lutas,

que aconteceu nos anos 1990 e início dos anos 2000, levou a uma situação em que as lutas são pautadas pelo financiamento. É lógico que não se pode colocar todas as ONGs no mesmo saco. Algumas têm o critério de não receber o financiamento de determinadas organizações, nem do governo. Então são muitas particularidades, e eu não quero cair em generalizações. Mas existe a preocupação de que, a partir dos anos 1990, os financiadores começaram a poder pautar a prioridade de movimentos e de organizações sociais. É preciso ter atenção a isso. Outra questão preocupante que nasceu com a institucionalização foi a fragmentação, porque as organizações feministas começaram a disputar recursos umas com as outras. Isso significa que o sujeito político coletivo feminismo passou a se fragmentar à medida que organizações feministas disputam entre si um mesmo financiamento. Isso - do ponto de vista da organização política de movimento social

autônomo, do ponto de vista da luta de classe - é absolutamente funcional para a lógica neoliberal, que é uma lógica de fragmentação política dos sujeitos coletivos.

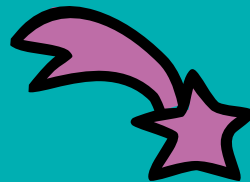
PACS – Hoje, nas suas caminhadas, que iniciativas de movimentos feministas autônomos procuram provocar mudanças estruturais?

M.C. – Dos movimentos que eu conheço, eu destaco o Movimento de Mulheres Camponesas. Elas têm muito a preocupação do debate e do enfrentamento de classe. Elas também confrontam diretamente o agronegócio - não só através da denúncia, mas também com o intuito de provocar prejuízo. Eu destaco porque o agronegócio, que está vinculado à bancada ruralista, é um grupo de poder muito forte na estrutura do Brasil. Os latifundiários do agronegócio compõem o perfil da elite brasileira, então o movimento das camponesas tem de-

Contra as expressões medievais do patriarcado

Um dos grandes desafios do feminismo atual apontado por Mirla foi também a necessidade de pensar ações de forma coletiva.

Nós não precisamos ser iguais, nunca seremos, nem queremos. Nós precisamos ser aceitas nas nossas particularidades, como mulheres lésbicas, bissexuais, trans, negras, trabalhadoras, enfim. Mas também mulheres que não são trabalhadoras e sofrem violência ou querem ter direito ao aborto. A gente tem uma diversidade de mulheres, e essa diversidade, diante da conjuntura, leva ao desafio de saber pensar ações de forma coletiva e procurando perceber o que nos une. As expressões medievais do patriarcado nos unem, porque são comuns a nós todas.



monstrado muita ousadia há um bom tempo. Teve, por exemplo, o saudoso episódio de 2006, que foi [a ocupação do laboratório] da [multinacional] Aracruz Celulose, o que deu uma demonstração da força dessas mulheres. Infelizmente, elas ainda hoje pagam o preço da repercussão internacional do ato, em termos de perseguição. E, além delas, eu venho observando que, a conjuntura atual está tão ruim que mesmo mulheres sem uma trajetória de esquerda têm ido às ruas. Acho que começa a se criar uma necessidade de organização do feminismo autônomo que vai às ruas e é mais radicalizado, porque protesta, porque reivindica. O [Movimento] ‘Fora Cunha’ tem sido uma síntese disso. Além disso, eu tenho percebido a criação de muitas frentes autônomas de mulheres que vêm se organizando no combate à violência, na oposição a retrocessos no campo da política, tentando intervir e procurando evitar retrocessos estruturais. Bom, tem outros

movimentos também: a própria [Articulação de Mulheres Brasileiras](#), que faz um acompanhamento cotidiano dos projetos de lei em curso e tenta articular ações e evitar retrocessos; a [Marcha das Mulheres Negras](#), que foi composta por diversas organizações e também por mulheres autônomas, e que agora está procurando se organizar de forma mais permanente, como um movimento. Cabe destacar também, ações da Macha Mundial de Mulheres que possui uma articulação internacional na luta contra a militarização, a pobreza e a violência.

PACS – Pra você, qual o papel do feminismo na construção de alternativas políticas, econômicas e sociais a esse modelo de mundo que se impõe à gente diariamente?

M.C. – O feminismo materialista traz consigo um projeto de sociedade que tem em si a ra-

dicalização da democracia. E não é apontando para o depois, ele exige essa radicalização da democracia a partir do agora, a partir do ontem. Ele exige a coerência com a construção de outra sociedade. Nesse sentido, a quebra de hierarquias, a quebra de relações de poder - nos próprios espaços de militância - e os questionamentos às relações de hierarquia são exigências do feminismo. A práxis feminista exige. Essa luta pela liberdade, igualdade e autonomia exige uma coerência no nível dos valores, da prática e da ação política. Eu acho que esse é um legado fundamental do feminismo para a construção dos valores que a gente quer. Quais homens, quais mulheres, quais pessoas a gente quer pra um novo mundo...

Do ponto de vista dos valores, o feminismo contribui para a construção de relações horizontais, democráticas e igualitárias com respeito à diversidade. E aí, um feminismo vinculado a uma prática anticapitalista e antirracista me

parece também indispensável pra gente pensar outra sociedade. O feminismo traz essa contribuição na medida em que tornou mais heterogênea a classe trabalhadora e percebeu que essa classe trabalhadora tem sexo e raça.

O feminismo negro traz também a importância da percepção não apenas da divisão sexual do trabalho, mas da divisão racial do trabalho, de como ela estrutura as relações dessa sociedade patriarcal, racista e capitalista. De como engendra o sistema de exploração em que a gente vive. Pra mim, essa é uma contribuição do feminismo inclusive para o próprio marxismo. O feminismo, ao abordar essas questões, desvela e contribui para uma análise do real, numa perspectiva de fato da totalidade para a compreensão de que classe trabalhadora a gente fala, de que capital e classe capitalista a gente tá falando e como ela se apropria e explora essa classe trabalhadora de maneira diferenciada segundo sexo e raça. A análise,

nessa perspectiva de totalidade, também nos permite nos instrumentalizar para pensar as alternativas de confronto a esse sistema.

PACS – Que manifestações do patriarcado você ainda enxerga nos espaços de luta, principalmente nos mistos?

M.C. – Nem me faça essa pergunta [suspira]... porque é dolorosa. Pra mim é muito triste ver alguns revolucionários, que eu costumo chamar de pseudorrevolucionários tratando mulheres como objeto e violentando mulheres. Mas tem também o que eu venho pensando - eu nunca escrevi sobre isso, mas eu sempre falo nos debates... – que é: extensivo à divisão sexual do trabalho, existe uma divisão sexual da política. Aliás, acho que já escrevi isso em algum texto. **Há uma divisão sexual da política no sentido de que os homens arrogam alguns poderes, dominam determinados espaços e**

delegam outros, extensivos à lógica da divisão sexual do trabalho, para o exercício da mulher. Por exemplo, as mulheres ficam na secretaria, as mulheres fazem ata, as mulheres fazem os convites, as festinhas... Elas no máximo vão para o setor de mulheres porque é entendido como uma questão das mulheres e não como uma estratégia do partido, da organização. Mas as mulheres não são chamadas para as mesas de conjuntura, para a discussão de economia, para assumir a direção de fato. Na hora da questão das crianças, geralmente são as mulheres que vão para a ciranda ou que ficam em casa para os homens militarem, se candidatarem, irem para o curso de formação política... Então a quebra dos privilégios dentro da esquerda ainda é uma tarefa posta, absolutamente atual. Pra desconstruir o patriarcado, a gente precisa de ações afirmativas. As cotas são importantes, mas são insuficientes. Precisa ter ações concretas que façam com que as

mulheres consigam participar de forma efetiva e não apenas dando as condições para que o exercício da política ocorra. Mas as próprias mulheres exercitando a política como sujeitas políticas, representando-se. Pra mim, esse é um grande desafio para a construção de uma militância feminista ou para a construção de organizações com perspectivas feministas. Agora, no campo da esquerda tem algo que me incomoda muito que é a percepção de que o feminismo divide a classe. Essa é uma concepção machista e equivocada. É até uma redundância, falar de machismo e equívoco, mas acho que aqui vale reafirmar! Ela é uma concepção machista e equivocada e que eu já ouvi de companheiros que são lideranças. É uma cegueira política não compreender como, na verdade, o feminismo contribui para o avanço da classe trabalhadora. Eu costumo brincar com uma palavra de ordem que a gente fala muito: quando uma mulher avança, nenhum homem

retrocede. Na verdade retrocede, sim. Quando a gente avança, o machismo retrocede e os que não querem largar mão desse machismo retrocedem também. E que retrocedem para que avancemos humanamente, libertariamente.

PACS – Além desse confronto com o patriarcado, que é um grande desafio, que outros desafios você enxerga hoje para que a militância avance nessa percepção crítica da realidade? O que é um problema hoje no caminho de construção de alternativas a partir da crítica?

M.C. – Eu acho que tem muito disso que eu estava falando. Das pessoas reconhecerem que têm privilégios. Porque enquanto houver privilégio, há um sujeito que é desprivilegiado, e está se construindo uma situação de desigualdade. Se eu tenho privilégios, eles se mantêm em cima de uma exploração. Seja exploração do trabalho – por exemplo, o trabalho domésti-

co – seja porque eu estou tirando o tempo livre de uma pessoa, seja porque eu estou passando por cima do desejo de uma pessoa em nome só do meu desejo. **Quando violento o corpo de uma mulher, quando eu transo com uma mulher mesmo que ela diga não querer... Eu ando muito preocupada com isso ultimamente porque só essa semana me chegaram dois relatos de estupros de mulheres que disseram que não queriam transar, com pessoas de esquerda, e que disseram não entender o não como não. Acham que é charme, joguinho e que podem chegar lá mesmo tendo ouvido um não. Não é não, é simples!** Então, eu destaco essa questão de abrir mão dos privilégios, destaco a importância de se garantir as condições do acesso da mulher para o exercício da política e de ela ser percebida como sujeito político, como gente e não como coisa. A necessidade das mulheres deixarem de estar sempre voltadas para servir o outro - a ideologia do outro,

que a Simone Beavouir fala. Saírem da condição de ser apropriadas pelo outro para se apropriarem de si, cada mulher se apropriar de si. Autonomia sobre nosso corpo e nossa vida. É um enorme desafio também de um feminismo socialista, vinculado a uma perspectiva popular, a busca de mudanças estruturais concretas na sociedade. Pensar nisso é pensar no foco do que estrutura as desigualdades: as relações patriarcais, o racismo e a classe. Como é que a gente atinge esse nó aí? Fundamentalmente por meio de ações voltadas para o trabalho e o enfrentamento da sua divisão sexual e racial.

MULHERES E ECONOMIA 10 ANOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA

A comemoração dos 10 anos do curso Mulheres e Economia, em 2014, trouxe consigo alguns desafios. Percebemos que queríamos contar a história do curso e, ao mesmo tempo, refletir criticamente sobre ela, para enfim compartilhar nossas experiências com outras mulheres e organizações. Como faríamos isso? Após muitas conversas e fuxicos, decidimos que uma das maneiras de resgatar e refletir sobre esses 10 anos seria nos aventurar e fazer um filme sobre eles, sobre essa etapa que se encerra para abrir espaço a novas empreitadas.

O vídeo que você encontra no final desta cartilha

é, portanto, o resultado dessa experimentação coletiva. Nele, resgatamos cartas escritas pelas participantes do curso ao longo dos 10 anos de história e também conversamos com mulheres que, depois de participar do curso, seguiram em contato com a construção social da Economia Feminista e da Economia Solidária. A escrita de cartas é uma tradição do curso. Nesses documentos, mulheres relatam o aprendizado dos módulos e convidam outras mulheres à experiência.

A construção do resultado final foi feita principalmente através de duas oficinas com algumas das mulheres participantes do Mulheres e Economia.

Nesses espaços, elas foram convidadas a refletir sobre o curso e as construções iniciadas depois dele nas rotinas pessoais e coletivas. Depois desses momentos, a feitura do vídeo ainda envolveu muitas conversas entre a equipe de mulheres do PACS e o Memória Latina, com quem ficou a responsabilidade de finalização do material.

Como resultado imediato da experiência, gostamos muito da ideia de continuar a construir coletivamente nas mais variadas técnicas comuni-

cativas: audiovisual, radiofônica, visual. Com este vídeo, iniciamos uma caminhada de aprimoramento nosso em outras linguagens e técnicas de sistematização de experiências.

É com muita alegria que compartilhamos histórias de vida narradas pelas vozes das próprias mulheres. Um passo a mais é dado em direção à retirada do véu de invisibilidade que ainda recai sobre a ação política, o trabalho e as resistências e ousadias femininas.



Assim, são quatro as histórias de vida interconectadas no vídeo: Marina Ribeiro – educanda e educadora do Mulheres e Economia, Leila Sales – educanda e educadora do Mulheres e Economia, Margareth Menezes – educanda do Mulheres e Economia e fundadora do Comitê Popular de Mulheres do Rio de Janeiro, e Valdirene Barros – educanda do Mulheres e Economia, fundadora do Comitê Popular de Mulheres do Rio de Janeiro e militante do movimento de Economia Solidária.

A grande potencialidade do Curso Mulheres e Economia é ser um espaço para construir o feminismo a partir das realidades das mulheres participantes. Queríamos que o vídeo refletisse esse princípio. Afinal, a caminhada é para resignificar juntas o “trabalho das mulheres” – reprodutivo e de cuidados – e as injustiças que vivemos todos os dias, em especial nas periferias, devido ao modelo de desenvolvimento vigente.

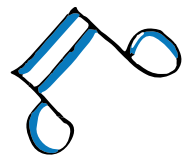
É a reapropriação da economia pelas mulheres o que fortalece as alternativas construídas; é a auto-organização por uma sociedade sem opressões patriarcais, racistas e capitalistas que mantém viva a luta. Então esse vídeo não poderia simplesmente ser feito pelo PACS. Ele precisava ser feito por um coletivo mais amplo.

O Mulheres e Economia surgiu, em 2004, para aceitar um desafio colocado pela Rede de Economia e Feminismo, a REF, na década de 1990. O desafio era: construir uma experiência de educação popular feminista sobre Economia Política. Dez anos depois, seguimos com o foco sobre a importância da educação popular feminista a partir das bases, desde o dia a dia das mulheres. Aqui, relatamos o histórico da formação, a metodologia adotada e os principais impactos na vida de mulheres participantes; e nos fortalecemos para continuar avançando na construção de um mundo mais justo.

FACILITAÇÃO GRÁFICA

Desenhos feitos durante o **Seminário Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho** em 2015.

Ilustração: Bianca Sant'ana



SOU LINDA
OUSADA
SOU FORTE!
SUPEREI MINHA PRÓPRIA
FRAQUEZA
“DO LUTO A LUTA”





LUTADIÁRIA

HERANÇA

AUTO-ESTIMA

LIBERDADE

ESTUDAR

AFETO

CASAMENTO

COLETIVO



SOU LINDA
OUSADA
SOU FORTE!
SUPEREI MINHA PRÓPRIA
FRAQUEZA
DO LUTO A LUTA*

COMO FORTALECER TERRITÓRIOS DE AUTONOMIA DAS MULHERES

REFLEXÕES

QUE TERRITÓRIOS
SÃO ESSES?

ESSE MOMENTO É MEU

SOU NEGRA E LIVRE
NÃO QUERO FICAR
PRESA A OUTRA DITADURA

PRECISAMOS RESPEITAR
O TEMPO DE CADA MULHER
E SEREMOS LIVRES...

NÃO PODEMOS PERDER NOSSA HISTÓRIA

FORMAÇÃO É MUITO IMPORTANTE P/ FORTALECER
A NÓS E AOS NOSSOS TERRITÓRIOS

QUINTA EU ERA UMA MULHER
HOJE SOU OUTRA MULHER

FORTALECER NOSSOS
GRUPOS LOCAIS

MEU CORPO É MEU TERRITÓRIO

REPENSAR RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO
EM CASAS HOMOAFETIVOS

ESCUTAR E OUVIR
É DIFERENTE

DIFERENTES LUTAS EM UM ESPAÇO COMUM

• APROPRIAÇÃO DE SI •
• IDENTIFICAÇÃO NA OUTRA

PENSAR MECANISMOS
DE RESISTÊNCIA
P/ O DIA A DIA

GRUPO DE ESTUDOS

COMO NOSSOS ESPAÇOS/ TERRITÓRIOS
PODEM SE AJUDAR / INTEGRAR

LABORATÓRIO MADALENAS

ATIVIDADES VOLTADAS PARA JUVENTUDE

COMITE POPULAR
COM MULHERER
DA ZONA OESTE

SEMINÁRIO DE ESCUTA
ENTRE NÓS

FORÇA E
VISIBILIDADE
PARA O QUE
JÁ EXISTE

FORUM SOCIAL MUNICIPAL

VAMOS PENSAR
TEORIA E PRÁTICA

PROPOSTA
POR TERRITÓRIO
O QUE QUEREMOS?

PRECISAMOS
TER PACIÊNCIA
REVOLUCIONÁRIA

LIBERTAR DAS AMARRAS DO PRIVADO

GRUPOS

**PROPOSTAS E
ENCAMINHAMENTOS**

NÔME MULHER. MARIA JOSÉ AMARAL

ESCREVE, SEU MOÇO
EU TAMBÉM SOU MULHER
SÓ VIVO PRA TRABALHAR
MAS VOU LUTAR
PORQUE TAMBÉM SEI
AMAR
E MEU NOME É MULHER

AMOR

LUTA RECONHECER
FORÇA DE VONTADE

FUTURO UNIÃO

REALIZAÇÕES

SONHOS MUDANÇA

MATERNIDADE MUDANÇAS

AMIZADE

BATALHAS

"MULHER VOCÊ TERÁ
QUE DIZER O QUE QUISER"
Luuz... NA PASSARELA



HISTÓRIAS DAS LUTAS DAS MULHERES E OS FEMINISMOS

É SOBRE LUTAS QUE NÓS VAMOS FALAR
OU A GENTE LUTA OU A GENTE CAI.

FEMINISMO POPULAR DAS CLASSES TRABALHADORAS
DESHOMOGENIZAR A CLASSE TRABALHADORA
Nossa luta de opressão é diferente das dos homens



SOCIEDADE ESTRUTURADA EM:
· CAPITALISMO · RACISMO
· PATRIARCAL

O GÊNERO NOS UNE E A CLASSE NOS SEPARA EM MUITAS SITUAÇÕES

MEU CORPO É MEU!

O CAPITALISMO SE APROPRIA DO NOSSO CORPO, TEMPO E TRABALHO

MINHA VIZINHA É TÃO IMPORTANTE QUANTO SIMONE BEAUVOIR

FEMINISMO DESCOLONIAL

FEMINISMO NA BAIXADA

RECONHECENDO AS RESISTÊNCIAS DESSE TERRITÓRIO

ACADA 5 HORAS 1 MULHER É ESTUPRADA NA BAIXADA FLUMINENSE

...DEFENDER A ALEGRIA ORGANIZAR A RAIVA...

NOS TORNAMOS MULHERES PRETAS

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA EU CONTINUO SENDO UMA MULHER PRETA



RACISMO ESTRUTURAL
↳ p/ me proteger

NÓS É QUE VAMOS CONTAR NOSSA HISTÓRIA



FEMINISMO INSTITUCIONAL
· ONG'S
· ESTADOS
· CONSELHOS

FEMINISMO AUTÔNOMO
· MOVIMENTOS
· COLETIVOS
· GRUPOS



- APROPRIAÇÃO DE SI
- SE LIBERTAR DAS AMARRAS DO PRIVADO
- IDENTIFICAÇÃO NA OUTRA
- GRUPOS

FEMINISTA
↓
FORMAÇÃO
↓
ORGANIZAÇÃO
↓
LUTAS

2 ANOS

PAGUFUNK

BANDEIRAS COMUNS DE DIFERENTES FEMINISMOS

SE NOS ESPAÇOS DE PODER SÓ TEM BRANCOS E BRANCAS ALGO ESTÁ ERRADO

...ME TORNEI FEMINISTA EM 2005... NO CURSO MULHERES E ECONOMIA DO PAC'S MAS BUSQUEI OUTROS CAMINHOS PARA ENTENDER O RACISMO QUE SEMPRE SOFRI...

Olhares feministas sobre a economia política e o mundo do trabalho. Foi com esse mote que iniciamos uma incrível caminhada de formação política em economia feminista. Há 10 anos, o curso Mulheres e Economia promove um espaço de auto-organização de mulheres, principalmente da Zona Oeste, mas também de outras regiões do estado do Rio de Janeiro. A prática em economia feminista mostra que “entender para transformar” é uma realização coletiva e que a propagação do pensamento crítico é uma prática transformadora de vidas e multiplicadora de lutas. Temos a alegria de comprovar a verdade desse pensamento 10 anos depois.

A matéria-prima principal desta publicação são contribuições orais de educadoras populares e feministas independentes que aconteceram em duas edições do seminário Olhares Feministas sobre a Economia Política e o Mundo do Trabalho: a de 2014 e a de 2015. Além de compartilhar algumas das reflexões que tecemos juntas ao longo dos anos, também traz a construção coletiva de um vídeo-registro, feito em parceria com o Memória Latina, sobre a primeira década do Curso Mulheres e Economia.

Mais informações: pacs.org.br

Realização:



Apoio:

